

---

**1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO  
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE  
ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA,  
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA PAULISTA  
DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

**FIRMADO ENTRE**

**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO,**

**COMO EMISSORA,**

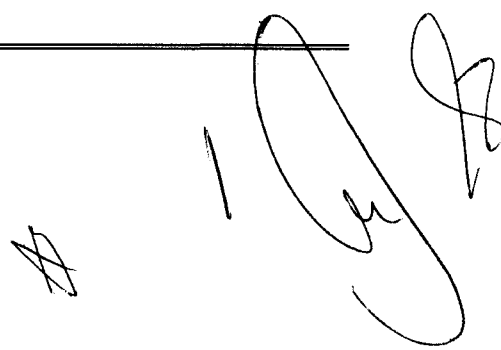
**E**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
S.A.,**

**COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS**

**23 DE ABRIL DE 2012**

---

Handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom right of the page, below the signature line.

**1º ADITAMENTO À ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular,

**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 11.274.829/0001-7 (“Emissora”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

e, de outro lado,

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), representando a comunhão dos debenturistas (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”) da 1ª emissão pública de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real (“Debêntures”), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados “Partes”,

Considerando que, conforme previsto na Escritura (conforme abaixo definido), após realização de processo de coleta de intenções de investimento (procedimento de *bookbuilding*), foi fixado o valor da emissão, o número de Debêntures a ser emitido e sua respectiva remuneração;

as Partes vêm, por este “1º Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização” (“Aditamento”) aditar a “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização” (“Escritura de Emissão”), mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura de Emissão.
2. Alterar a cláusula primeira da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“A presente Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação são celebrados de acordo com a autorização (A) da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 15 de julho de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 259.661/10-7 publicada no Diário Oficial do Estado de São*

*Paulo e no Diário de São Paulo em 27 de agosto de 2010 (“AGE”), rerratificada em 1º de dezembro 2010 e em 23 de fevereiro de 2012, cujas atas foram arquivadas na JUCESP sob os nºs 427.725/10-0 e 87.301/12-0 publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 07 de dezembro de 2010 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 02 de março de 2012 e da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 05 de abril de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 150.268/12-9 publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 12 de abril de 2012; (em conjunto, “AGE de Rerratificação”) (B) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 17 de junho de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 259.660/10-3 em sessão de 22 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 25 de novembro de 2011 (“RCA”), rerratificada (i) em 14 de outubro de 2010, em 06 de dezembro de 2012, e em 07 de fevereiro de 2012, cujas atas foram arquivadas na JUCESP sob os nos 427.729/10-5, 37.116/12-5 e 76.234/12-5, em sessão de 03 de dezembro de 2010, de 18 de janeiro de 2012 e 16 de fevereiro de 2012, publicadas no Diário Oficial do Estado e no Diário de São Paulo em 25 de novembro de 2011, em 23 de fevereiro de 2012 e em 23 de fevereiro de 2012, respectivamente; e (ii) em 13 de abril de 2012, cuja ata foi protocolada para arquivamento na JUCESP (em conjunto, “RCA de Rerratificação”).”*

3. Alterar o item (2.1.4), passando o item (2.1.4) da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*“2.1.4. A Remuneração das Debêntures foi determinada por meio de processo de bookbuilding, observado o disposto no inciso (3.5.1) abaixo.”*

4. Alterar o item (2.2.2) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“2.2.2. As atas das AGE de Rerratificação foram arquivadas na JUCESP em 3 de dezembro de 2010 e em 01 de março de 2012, sob os nº 427.725/10-0 e 87.301/12-0. A ata da AGE de Rerratificação de 01 de dezembro de 2011 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 7 de dezembro de 2010. A ata da AGE de Rerratificação de 23 de fevereiro de 2012 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 02 de março de 2012. As atas das RCA de Rerratificação foram arquivadas na JUCESP em 03 de dezembro de 2010, em 18 de janeiro de 2012, em 16 de fevereiro de 2012, e arquivadas em 23 de abril de 2012, sob o nº 427.729/10-5, nº 37.116/12-5 e nº 76.234/12-5, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 25 de novembro de 2010, em 23 de fevereiro de 2012 e 23 de fevereiro de 2012, respectivamente, sendo que a RCA de Rerratificação, realizada em 13 de abril de 2012, foi protocolada para arquivamento na JUCESP.”*

5. Alterar o item (2.4.1), passando o item (2.4.1) da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*“2.4.1. Os Contratos de Garantia serão registrados em cartórios de registro de títulos e documentos, localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade da sede do AGENTE FIDUCIÁRIO. Uma via original de cada instrumento devidamente registrada será entregue ao AGENTE FIDUCIÁRIO em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.”*

6. Alterar o item (2.5.1), que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*“2.5.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme Instrução CVM nº 476/09.”*

7. Alterar o item (2.5.2), que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*“2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09 (“Investidores Qualificados”), depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida instrução.”*

8. Alterar o item (3.2), que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

*“3.2 A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.”*

9. Alterar o item (3.3), passando o item (3.3) da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*“3.3. O valor total da Emissão é de 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão.”*

10. Alterar o item (3.6.1), passando o item (3.6.1) da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*“3.6.1. Nos termos da deliberação societária que autorizou a Oferta Restrita das Debêntures, foi admitida a distribuição parcial das Debêntures emitidas, sendo estabelecido o limite mínimo de colocação de 700 (setecentas) Debêntures. A manutenção da Oferta Restrita está condicionada à quantidade mínima de Debêntures subscritas e integralizadas acima estabelecida.”*

11. Inserir novo item (3.6.2) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Caso o montante mínimo para a distribuição da Oferta Restrita determinado no item (3.6.1) acima não seja alcançado, os recursos eventualmente entregues pelos respectivos investidores deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes e as Debêntures serão canceladas.”*

12. Alterar o item (3.9) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Colocação sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação***

*Os Coordenadores envidarão os seus melhores esforços para efetuar a colocação das Debêntures. Porém, os Coordenadores não se responsabilizarão pela subscrição do eventual saldo de Debêntures não subscritas. Assim, a captação de recursos pretendida pela Emissora com a colocação das Debêntures poderá não ser totalmente atingida. As Debêntures somente serão colocadas no contexto da Oferta Restrita desde que sejam subscritas e integralizadas, no mínimo, 700 (setecentas) Debêntures, conforme item (3.6.1) acima.”*

***“Riscos Relativos aos Direitos Creditórios e ao Processo de Securitização***

***Mudança Legislativa***

*Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos vinculados, direta e indiretamente, à Emissão das Debêntures encontram-se consubstanciados em legislação complementar federal e estadual. Eventuais alterações nos respectivos normativos poderão afetar, negativamente, a solvência dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora. Tal evento poderá afetar a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura de Emissão.*

***“Identificação dos Direitos Creditórios por Código Criptografado***

*Os Direitos Creditórios serão identificados em anexos específicos do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2, do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3, do Termo de Cessão de Direitos Creditórios e do Termo de Cessão Fiduciária, por Código Criptografado gerado pelo Estado e vinculado a cada Parcelamento, de modo a manter o sigilo do nome dos Contribuintes. De acordo com o Contrato de Cessão, do Contrato de*

*Promessa de Cessão Fiduciária e do “Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo e o Banco do Brasil S.A. para Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob a forma de CD-R”, a ser celebrado previamente à subscrição e integralização das Debentures, o Estado entregará ao Banco Centralizador, sob dever de sigilo, CD-R, devidamente numerado e identificado, contendo informações que permitam a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos Creditórios cedidos à Emissora e onerados em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, em nome dos Debenturistas. A Emissora e/ou o AGENTE FIDUCIÁRIO somente poderão ter acesso às informações contidas nos CD-R para fazer prova em juízo ou no curso de procedimento administrativo devidamente instaurado, quando isso for estritamente necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos titulares das Debêntures, nos termos dos Documentos da Operação. Nesse caso, caberá ao Banco Centralizador providenciar o depósito dos CD-R perante a autoridade perante a qual esteja tramitando a respectiva ação judicial e/ou procedimento administrativo. Caso a Emissora e/ou o AGENTE FIDUCIÁRIO, por qualquer motivo, não tenham acesso às informações contidas no CD-R, tal fato poderá prejudicar a defesa, pela Emissora e pelos Debenturistas, por meio do AGENTE FIDUCIÁRIO, de seus respectivos direitos, garantias e prerrogativas definidos nos Documentos da Operação.”*

13. Alterar o item (4.1.1) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“ 4.1.1. Total da Emissão*

*O valor total da Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto no item (3.6) acima.”*

14. Alterar o item (4.1.2) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.2. Valor Nominal Unitário*

*O valor nominal unitário de cada Debênture é de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão.”*

15. Alterar o item (4.1.4) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.4. Quantidade de Debêntures*

*Serão emitidas 1.200 (mil e duzentas) Debêntures, observado o disposto no item (3.6) acima.”*

16. Alterar o item (4.1.6) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.6 As Debêntures terão prazo um prazo de vigência desde a Data de Emissão até 29 de fevereiro de 2016 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a Emissora*

*obriga-se a proceder ao resgate integral das Debêntures em circulação pelo saldo de seu valor nominal não amortizado, acrescido da Remuneração e dos demais encargos devidos, calculada na forma do item (4.3) abaixo.”*

17. Alterar o item (4.1.8) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.8 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato dos depósitos realizados pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome dos respectivos debenturistas (“Debenturistas”), quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.”*

18. Alterar o item (4.1.9) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.1.9 As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.”*

19. Alterar o item (4.3) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.3 Cada Debênture fará jus ao recebimento de juros remuneratórios (“Remuneração”), correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada do Spread de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, expressa em 252 dias úteis, definido em processo de bookbuilding observado o item (3.5.1) acima, na forma estabelecida no item (4.3.3) abaixo, incidente sobre o saldo do valor nominal não amortizado de cada Debênture, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo:*

$$R = \{SVN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

*onde:*

*R* valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Período de Capitalização* intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do 1º Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

*SVN*

*saldo do valor nominal não amortizado de cada Debênture no início do respectivo Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.*

*Fator DI*

*produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo que:*

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

*onde:*

*$n_{DI}$  número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;*

*$TDI_k$  Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo que:*

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

*onde:*

*$k = 1, 2, \dots, n.$*

*$DI_k$  Taxa DI-Over, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;*

*$d_k = 1$ ;*

*Fator Spread*

*Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, sendo que:*

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right],$$

*onde:*

*Spread definido conforme o item (4.3.3), informado com 4 (quatro) casas decimais;*

*“n” = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual do cálculo, sendo “n” um número inteiro; e*

*A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.*

*O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.*

*Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.*

*Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante (Fator DI) com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.*

*O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.*

20. Alterar o item (4.3.1) da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.3.1 A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida no último Dia Útil de cada mês, sendo a 1ª (primeira) Remuneração devida em 30 de maio de 2012 e a última em 29 de fevereiro de 2016. Sendo certo que a Remuneração devida entre a data de emissão e 30 de abril de 2012, inclusive, será incorporado ao valor nominal unitário das Debêntures especificado no item (4.1.2), sendo este saldo a Base de Cálculo para o próximo período de capitalização.”*

21. Alterar o item (4.3.3), passando o item (4.3.3) da Escritura a vigorar com a seguinte redação:

*“4.3.3. Spread*

*A taxa de juros (“Spread”), a ser acrescida à Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, fixada após apuração da coleta de intenções de investimento no curso do processo de bookbuilding), conforme definido no item (3.5.1) acima, é equivalente a 2,90% (dois vírgula noventa por cento).”*

22. Alterar o item (4.6) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.6 As Debêntures serão amortizadas em 46 (quarenta e seis) parcelas mensais, sendo que para cálculo da 1ª (primeira) parcela, com vencimento em 30 de maio de 2012, a Remuneração calculada da Data de Emissão até o dia 30 de abril de 2012 será incorporada ao valor nominal unitário das Debêntures especificado no item (4.1.2). Deste modo, o percentual de amortização indicado no cronograma de amortização definido no “Anexo V” desta Escritura de Emissão incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a 1ª (primeira) parcela com vencimento em 30 de maio de 2012, até a última com vencimento em 29 de fevereiro de 2016, nos termos do “Anexo V”. ”*

23. Alterar o item (4.7.1), alínea “e” da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“e) caso o IC não atenda ao disposto no item (4.1.10.7) em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação quaisquer dentro de um período de 12 (doze) meses consecutivos.”*

24. Alterar o item (4.10.1) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.10.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso (i) os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND ou, na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora ou, conforme o caso, os procedimentos adotado pelo Escriurador.”*

25. Alterar o item (4.10.2) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.10.2 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não seja Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.”*

26. Alterar o item (4.11.2.1) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“4.11.2.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas igualmente para os seguintes endereços:*

*Para a Emissora:*

**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

*At.: Diretor Presidente*

*Avenida Rangel Pestana, 300 – 3º andar*

CEP: 01017-911 - São Paulo - SP  
Telefone: (+55 11) 3243-2819  
Fac-símile: (+55 11) 3243-2830  
E-mail: cpsecfaz@fazenda.sp.gov.br

para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

At: Gustavo Dezouart  
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP: 22640-100  
Tel.: (21) 3514-0000  
Fac-símile: (21) 3514-0099  
E-mail: ger3.agente@oliveiratrust.com.br; gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br  
e scc@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

At.: Sra. Claudia Vasconcellos  
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar - Lado Laranja -  
Torre Eudoro Villela CEP: 04309-010- São Paulo – SP  
Telefone: (+55 11) 5029-1910  
Fac-símile: (+55 11) 5029-1920  
E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br”

27. Alterar o item (4.14.1), alínea “a”, subitem (iv) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“(iv) na mesma data da transferência a que se refere o item anterior, o montante eventualmente excedente, deverá ser transferido para a Emissora para pagamento das amortizações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, por meio da transferência de valores da Conta Recebimento para a Conta de Livre Movimentação;”

28. Alterar o item (6.1), alíneas “b”, “x” e “y” da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“b) retransmitir, à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, em até um Dia Útil após a sua entrega, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO previsto na alínea “o” do item (7.3.1) abaixo;”

“x) realizar, às suas expensas, por meio da contratação de Empresa de Auditoria Independente, no mínimo, semestralmente, testes estatísticos de forma a verificar que a consistência das informações periódicas encaminhadas à Emissora e ao

*AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e dos demais Documentos da Operação, devendo o primeiro teste ser realizado até 6 (seis) meses contados da data de subscrição das Debêntures; e*

*y) realizar, às suas expensas, por meio da contratação de Empresa de Auditoria Independente, no mínimo, semestralmente, testes estatísticos, de forma a verificar o cumprimento pelos signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações, devendo o primeiro teste ser realizado até 6 (seis) meses contados da data de subscrição das Debêntures.”*

29. Alterar o item (7.3.1), alínea “q” da Escritura, que passam a vigorar com a seguinte redação

*“q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório encontra-se à disposição nos locais indicados na alínea “p” acima;”*

30. Alterar a alínea “j” do item (9.1) da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“j) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.”*

31. Substituir o “Anexo I” da Escritura de Emissão na forma do “Anexo I” da Escritura de Emissão consolidada.

32. Eliminar o conteúdo do “Anexo III” da Escritura de Emissão em razão do presente Aditamento.

33. Substituir o “Anexo V” da Escritura de Emissão na forma do “Anexo V” da Escritura de Emissão consolidada.

34. Realizar ajustes formais e de redação.

35. Considerando as alterações acima, a Escritura de Emissão, e seus Anexos, é modificada e consolidada, passando esta a vigorar em sua integralidade com a seguinte nova redação:

**“ESCRITURA PARTICULAR DA 1<sup>A</sup> (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS**

## **RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular, as “Partes”:

- a) **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, 300, 5º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 11.274.829/0001-07 (“Emissora”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e,

representando a comunhão de Debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão,

- b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social (“AGENTE FIDUCIÁRIO”),

vêm, por meio deste, firmar a presente “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização” (“Escritura de Emissão” ou “Escritura”), contendo as Cláusulas e condições abaixo.

Termos iniciados em letras maiúsculas quando utilizados e não definidos nesta Escritura de Emissão terão o significado a eles atribuído no “Anexo I” desta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação, conforme o caso, tanto no plural quanto no singular.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação são celebrados de acordo com a autorização (A) da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 15 de julho de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 259.661/10-7 publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 27 de agosto de 2010 (“AGE”), rerratificada em 1º de dezembro 2010 e em 23 de fevereiro de 2012, cujas atas foram arquivadas na JUCESP sob os nºs 427.725/10-0 e 87.301/12-0 publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 07 de dezembro de 2010 e em 02 de março no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em e da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 5 de abril de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 150.268/12-9 publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 12 de abril de 2012; (em conjunto, “AGE de Rerratificação”) (B) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 17 de junho de 2010, cuja ata foi arquivada na JUCESP sob o nº 259.660/10-3 em sessão de 22 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário de São Paulo em 25 de novembro de

2011 (“RCA”), rerratificada (i) em 14 de outubro de 2010, em 06 de dezembro de 2012, e em 07 de fevereiro de 2012, cujas atas foram arquivadas na JUCESP sob os nos 427.729/10-5, 37.116/12-5 e 76.234/12-5, em sessão de 03 de dezembro de 2010, de 18 de janeiro de 2012 e 16 de fevereiro de 2012, publicadas no Diário Oficial do Estado e no Diário de São Paulo em 25 de novembro de 2011, em 23 de fevereiro de 2012 e em 23 de fevereiro de 2012, respectivamente; e (ii) em 13 de abril de 2012, cuja ata foi protocolada para arquivamento na JUCESP (em conjunto, “RCA de Rerratificação”).

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS**

A emissão de debêntures objeto desta Escritura de Emissão (em conjunto, “Debêntures” e, individualmente, “Debênture”), é feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA**

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação sob o regime de melhores esforços, com a intermediação do Banco Fator S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 33.644.196/001-06 (“Coordenador Líder”), em conjunto com o Banco Itaú BBA S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 17.298.092/0001-30 e o Banco ABC Brasil S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 28.195.667/0001-06, na qualidade de coordenadores contratados, nos termos do Termo de Adesão (os quais, em conjunto, com o Coordenador Líder são doravante denominados os “Coordenadores”), conforme disposto na Instrução nº 476 da CVM, de 16 de janeiro de 2009 (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM nº 476/09”).

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM nº 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.3. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, § 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.1.4. A Remuneração das Debêntures foi determinada por meio de processo de bookbuilding, observado o disposto no inciso (3.5.1) abaixo.

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas**

2.2.1. A ata da AGE foi arquivada na JUCESP em 22 de julho de 2010, sob o nº 259.661/10-7, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 27 de agosto de 2010. A ata da RCA foi arquivada na JUCESP em 22 de julho de 2010, sob o nº 259.660/10-3, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 25 de novembro de 2011.

2.2.2. As atas das AGE de Rerratificação foram arquivadas na JUCESP em 3 de dezembro de 2010 e em 01 de março de 2012, sob os nos 427.725/10-0 e 87.301/12-0. A ata da AGE de Rerratificação de 01 de dezembro de 2011 foi publicada no Diário Oficial do Estado de

São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 7 de dezembro de 2010. A ata da AGE de Rerratificação de 23 de fevereiro de 2012 foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 02 de março de 2012. As atas das RCA de Rerratificação foram arquivadas na JUCESP em 03 de dezembro de 2010, em 18 de janeiro de 2012, em 16 de fevereiro de 2012, e arquivadas em 23 de abril de 2012, sob o no 427.729/10-5, no 37.116/12-5 e no 76.234/12-5, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo em 25 de novembro de 2010, em 23 de fevereiro de 2012 e 23 de fevereiro de 2012, respectivamente, sendo que a RCA de Rerratificação, realizada em 13 de abril de 2012, foi protocolada para arquivamento na JUCESP.

### **2.3. Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCESP**

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.4. Registro da Garantia Real**

2.4.1. Os Contratos de Garantia serão registrados em cartórios de registro de títulos e documentos, localizados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade da sede do AGENTE FIDUCIÁRIO. Uma via original de cada instrumento devidamente registrada será entregue ao AGENTE FIDUCIÁRIO em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo registro.

### **2.5. Registro para Distribuição e Negociação**

2.5.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme Instrução CVM nº 476/09.

2.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09 (“Investidores Qualificados”), depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida instrução.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social da Emissora**

A Emissora tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo (“Estado”), originários de créditos tributários e não tributários, objeto

de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos no mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Autorizativa, cuja cópia encontra-se no “Anexo II” desta Escritura de Emissão, e da respectiva legislação complementar.

### **3.2. Número da Emissão**

A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

### **3.3. Montante da Emissão**

O montante da presente Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão.

### **3.4. Destinação dos Recursos**

Os recursos líquidos efetivos obtidos por meio da Emissão serão utilizados na aquisição, pela Emissora de Direitos Creditórios de titularidade do Estado, nos termos da Lei Autorizativa e do Contrato de Cessão.

### **3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.5.1. As Debêntures objeto da Oferta Restrita serão distribuídas sob regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, que levará em consideração as disposições legais aplicáveis e suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, conforme definidas no “Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação”, celebrado em 01 de março de 2012 entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”). O plano de distribuição restrito atenderá a duas fases distintas: (a) coleta de intenções de investimento; e (b) definição do *Spread*, conforme definido no item (4.3.3) abaixo, e da quantidade efetiva de Debêntures a ser distribuída pela Emissora, com a formalização do respectivo aditamento a essa Escritura de Emissão celebrado substancialmente na forma do “Anexo III” desta Escritura de Emissão (“Aditamento”).

### **3.6. Distribuição Parcial e Montante Mínimo**

3.6.1. Nos termos da deliberação societária que autorizou a Oferta Restrita das Debêntures, foi admitida a distribuição parcial das Debêntures emitidas, sendo estabelecido

o limite mínimo de colocação de 700 (setecentas) Debêntures. A manutenção da Oferta Restrita está condicionada à quantidade mínima de Debêntures subscritas e integralizadas acima estabelecida.

3.6.2. Caso o montante mínimo para a distribuição da Oferta Restrita determinado no item (3.6.1) acima não seja alcançado, os recursos eventualmente entregues pelos respectivos investidores deverão ser integralmente devolvidos, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes e as Debêntures serão canceladas.

### **3.7. Banco Mandatário e Escriturador**

3.7.1. O Itaú Unibanco S.A inscrito no CNPJ sob o 60.701.190/0001-04 será o Banco Mandatário e Escriturador da presente Emissão de Debêntures (“Banco Mandatário e Escriturador” ou “Escriturador”). A Emissora deverá enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia autenticada dos instrumentos jurídicos celebrados com o Banco Mandatário e Escriturador, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado de sua assinatura.

### **3.8. Do Recebimento de Valores**

3.8.1. Nos termos do Contrato de Cessão, o Estado, por intermédio de seus Agentes, incluindo, sem limitação, o Banco Centralizador e os Bancos Arrecadadores, é e será responsável pela manutenção dos serviços e rotinas necessários ao recebimento dos Direitos Creditórios cedidos à Emissora e pagos pelos Contribuintes e, ato contínuo, à transferência das respectivas verbas para a Conta de Recebimento.

3.8.2. O Estado obriga-se nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar o processamento das informações necessárias à emissão das GARE e/ou dos demais meios de pagamento empregados pelos Contribuintes quando do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos nos termos do Contrato de Cessão, de forma que as referidas verbas sejam automaticamente identificadas, pelo Banco Centralizador, como cedidos à Emissora, ressalvado o disposto no item (3.8.4) abaixo.

3.8.3. Nos termos do Contrato de Cessão, o Estado obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que o produto decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos à Emissora, pago a qualquer título pelos Contribuintes, seja creditado pelo Banco Centralizador, após o recebimento dos respectivos valores dos Bancos Arrecadadores, única e exclusivamente na Conta de Recebimento.

3.8.4. Os Direitos Creditórios, quando decorrentes de Parcelamentos Rompidos, serão recebidos diretamente pelo Estado para posterior repasse à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão, por meio de crédito, na Conta de Recebimento, do valor correspondente à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido de cada Parcelamento Rompido, até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios.

3.8.5. O Estado obriga-se nos termos do Contrato de Cessão, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir para a Conta de Recebimento, no último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor que a Emissora faça *jus* em razão da execução de procedimentos de cobrança judicial dos Direitos Creditórios cedidos à Emissora, incluindo os valores vinculados aos Parcelamentos Rompidos, até o limite da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido de cada Parcelamento Rompido, recebido no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior, observada a prioridade de imputação prevista no Contrato de Cessão. Nos termos do Contrato de Cessão, a 1ª (primeira) transferência nos termos deste item abrangerá todos os valores recebidos pelo Estado por conta de Parcelamentos Rompidos, a partir do fechamento do dia 29 de fevereiro de 2012.

3.8.6. Em decorrência das obrigações assumidas no Contrato de Cessão, o Estado obriga-se a transferir para a Conta de Recebimento, no antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor de titularidade da Emissora recebido pelo Estado no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior. A 1ª (primeira) transferência nos termos deste item abrangerá todos os valores recebidos pelo Estado a partir do fechamento do dia 29 de fevereiro de 2012.

### **3.9. Dos Fatores de Risco**

**Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures a serem ofertadas no âmbito da Oferta Restrita, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua situação financeira e objetivos de investimento, bem como com o auxílio de seus assessores legais, contábeis e financeiros, todas as informações disponíveis nesta Escritura e no Formulário de Referência disponibilizado pela Emissora no *site* da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos nesta seção, os quais não são exaustivos, sendo que outros eventos não descritos nesta Escritura de Emissão poderão afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, a situação financeira da Emissora e a amortização e o resgate das Debêntures poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures. Riscos adicionais não descritos nesta Escritura de Emissão atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora também poderão prejudicar seu fluxo de caixa e impactar o pagamento das Debêntures pela Emissora. Os fatores de risco descritos abaixo e no Formulário de Referência acima mencionado refletem a situação atual da Emissora.**

#### **Riscos Relacionados à Oferta Restrita**

##### ***Possibilidade de Vencimento Antecipado***

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures. Não há garantias de que a Emissora disporá de recursos suficientes para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas

obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante em seu fluxo de caixa.

### ***Eventual Rebaixamento na Classificação de Risco das Debêntures e Redução de sua Liquidez no Mercado Secundário***

Um eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures, concedida pela Agência de Classificação de Risco, poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário. Não há qualquer garantia de que a classificação de risco outorgada pela Agência de Classificação de Risco, atualizada anualmente, conforme definido nesta Escritura de Emissão, mantenha-se inalterada enquanto existirem Debêntures em circulação.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco das Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar seus valores mobiliários no mercado secundário, o que poderá impactar negativamente o valor das Debêntures.

### ***Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro de Debêntures***

A Oferta Restrita será destinada exclusivamente a investidores qualificados e, não obstante a Oferta Restrita ser apresentada a, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) investidores qualificados, conforme disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, o que poderá prejudicar sua liquidez no mercado secundário. Adicionalmente, o mercado secundário existente no Brasil para negociação das Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta Restrita apresenta atualmente baixa liquidez. Ademais, as Debêntures somente poderão ser negociadas pelos subscritores depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e entre Investidores Qualificados, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09. Não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta Restrita podem ter dificuldade em alienar as Debêntures no mercado secundário.

### ***Possibilidade de Não Validação da Estipulação da Taxa DI em Caso de Cobrança Judicial das Debêntures***

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI. Referida Súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário. No entanto, caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures, o índice que vier a ser indicado para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures.

### ***Amortização ou Resgate Antecipado das Debêntures na Hipótese de Impossibilidade de Substituição da Taxa DI e da Taxa SELIC***

As Debêntures poderão ser objeto de amortização antecipada em caso de impossibilidade de substituição da Taxa DI ou da Taxa SELIC, nos termos dos itens (4.3.2.2) e (4.3.2.3) desta Escritura de Emissão, respectivamente, sem que a Emissora e os Debenturistas consigam determinar um índice substitutivo para as Debêntures. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior àquela aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

### ***Colocação sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação***

Os Coordenadores envidarão os seus melhores esforços para efetuar a colocação das Debêntures. Porém, os Coordenadores não se responsabilizarão pela subscrição do eventual saldo de Debêntures não subscritas. Assim, a captação de recursos pretendida pela Emissora com a colocação das Debêntures poderá não ser totalmente atingida. As Debêntures somente serão colocadas no contexto da Oferta Restrita desde que sejam subscritas e integralizadas, no mínimo, 700 (setecentas) Debêntures, conforme item (3.5.1) acima.

### ***Inexistência de Garantias de Terceiros***

As Debêntures não contam com a garantia do Estado, dos Bancos Arrecadadores, do Banco Centralizador, dos Coordenadores, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

### **Riscos Relativos aos Direitos Creditórios e ao Processo de Securitização**

#### ***Mudança Legislativa***

Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos vinculados, direta e indiretamente, à Emissão das Debêntures encontram-se consubstanciados em legislação complementar federal e estadual. Eventuais alterações nos respectivos normativos poderão afetar, negativamente, a solvência dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora. Tal evento poderá afetar a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura de Emissão.

### ***Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão dos Direitos Creditórios***

A cessão pelo Estado à Emissora dos Direitos Creditórios, realizada nos termos da Lei Autorizativa e do Contrato de Cessão, foi realizada sem co-obrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Estado. O Estado não responde pela solvência dos Contribuintes, nem assegura ou, por qualquer forma, se responsabiliza pela liquidação dos Direitos Creditórios cedidos.

### ***Competência de Cobrança***

Nos termos da legislação vigente e da Lei Autorizativa, a cobrança administrativa e judicial dos Direitos Creditórios será de responsabilidade do Estado, por meio da SEFAZ e da PGE, no âmbito de suas respectivas competências. A Emissora não goza das garantias e privilégios da Fazenda Pública e, desta forma, não poderá cobrar diretamente os Direitos Creditórios cedidos pelo Estado. Além disso, os Contribuintes poderão questionar a legitimidade da Emissora para cobrar diretamente e em nome próprio os Direitos Creditórios a esta cedidos pelo Estado, caso esta venha a realizar qualquer procedimento neste sentido. Tal evento poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

### ***Ausência de Notificação aos Contribuintes***

A cessão dos Direitos Creditórios objeto do Contrato de Cessão não foi objeto de notificação prévia aos Contribuintes contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente à Emissora. Caso os procedimentos de recebimento e transferência de valores definidos no Contrato de Cessão venham a ser interrompidos ou prejudicados, os Contribuintes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios cedidos diretamente à Emissora.

### ***Identificação dos Direitos Creditórios por Código Criptografado***

Os Direitos Creditórios serão identificados em anexos específicos do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2, do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3, do Termo de Cessão de Direitos Creditórios e do Termo de Cessão Fiduciária, por Código Criptografado gerado pelo Estado e vinculado a cada Parcelamento, de modo a manter o sigilo do nome dos Contribuintes. De acordo com o Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e do “Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo e o Banco do Brasil S.A. para Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob a forma de CD-R”, a ser celebrado previamente à subscrição e integralização das Debêntures, o Estado entregará ao Banco Centralizador, sob dever de sigilo, CD-R, devidamente numerado e identificado, contendo informações que permitam a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos Creditórios cedidos à Emissora e onerados em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, em nome dos Debenturistas. A Emissora e/ou o AGENTE FIDUCIÁRIO somente poderão ter acesso às informações contidas nos CD-R para fazer

prova em juízo ou no curso de procedimento administrativo devidamente instaurado, quando isso for estritamente necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos titulares das Debêntures, nos termos dos Documentos da Operação. Nesse caso, caberá ao Banco Centralizador providenciar o depósito dos CD-R perante a autoridade perante a qual esteja tramitando a respectiva ação judicial e/ou procedimento administrativo. Caso a Emissora e/ou o AGENTE FIDUCIÁRIO, por qualquer motivo, não tenham acesso às informações contidas no CD-R, tal fato poderá prejudicar a defesa, pela Emissora e pelos Debenturistas, por meio do AGENTE FIDUCIÁRIO, de seus respectivos direitos, garantias e prerrogativas definidos nos Documentos da Operação.

A cessão dos Direitos Creditórios e sua oneração em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO poderão ter a sua existência, validade e eficácia prejudicada, caso, por qualquer motivo as informações contidas nos CD-R não permitam a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos respectivos Direitos Creditórios e/ou o respectivo interessado não possa ter acesso a essas informações.

### ***Eventos de Indenização***

Observado o disposto no Contrato de Cessão, o Estado obriga-se a indenizar a Emissora, exclusivamente pelo valor que a Emissora deixou de receber por conta dos Direitos Creditórios cedidos, caso ocorram quaisquer dos seguintes eventos: (a) extinção total ou parcial do Direito Creditório em razão de compensação, liquidação com utilização de crédito acumulado de ICMS ou dação em pagamento; ou (b) em decorrência da responsabilidade imputada ao cedente pelo artigo 295 do Código Civil brasileiro, observado disposto no Contrato de Cessão (“Eventos de Indenização”). A indenização devida pelo Estado à Emissora corresponderá, mensalmente, (I) à parcela do Direito Creditório que a Emissora deixou efetivamente de receber, observado, (A) para os Direitos Creditórios cedidos nos termos (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; e (ii) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do respectivo Direito Creditório, o limite máximo (a) de 90% (noventa por cento) de 74% (setenta e quatro por cento) do valor do fluxo financeiro correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento Vigente do respectivo Direito Creditório; ou (B) para os Direitos Creditórios cedidos nos termos (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; e (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3, o limite máximo (a) de 10% (dez por cento) de 74% (setenta e quatro por cento) do valor do fluxo financeiro correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento Vigente do respectivo Direito Creditório, ou, na hipótese de Rompimento, (II) ao limite máximo equivalente à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido do respectivo Direito Creditório, afetados pelo respectivo evento. Qualquer dos Eventos de Indenização acima previstos e/ou, sem limitação, o descumprimento pelo Estado de sua obrigação de indenizar a Emissora, na forma prevista no item (13.1.1) do Contrato de Cessão, caso esse descumpra a previsão de não concessão de dilações de prazo, ou condições mais vantajosas para pagamento dos Direitos Creditórios que possam afetar a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, prevista no item (8.17) do Contrato de Cessão, poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as

condições definidos na Escritura de Emissão, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso o Estado deixe de pagar qualquer valor devido à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos, os pagamentos serão feitos, após a tramitação dos competentes procedimentos legais e transito em julgado das respectivas decisões judiciais por meio da emissão de precatórios. Ademais, a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos na Escritura de Emissão, sendo o prazo para a obtenção de uma decisão judicial, positiva ou negativa, incerto. Sem prejuízo do acima, o pagamento, pelo Estado, em moeda corrente nacional, dos valores devidos à Emissora em razão da ocorrência de um Evento de Indenização e/ou em razão do descumprimento de qualquer outra obrigação específica assumida nos Documentos da Operação, poderá ser prejudicado caso se verifique a necessidade de existência de previsão orçamentária específica para a sua realização.

### ***Novo Critério de Atualização***

A SEFAZ solicitou em 13 de outubro de 2011, por meio do Ofício DA nº 1.963/2011, a manifestação da PGE sobre a regra de atualização que vinha sendo aplicada para cálculo da remuneração incidente sobre as parcelas dos Parcelamentos, com fundamento no “Convênio CONFAZ ICMS nº 51/2007”, no Decreto Estadual nº 51.960, de 04 de Julho de 2007, conforme alterado, e na Lei Estadual nº 6.374/89, de 01 de Março de 1989, conforme alterada. Em razão do acima, a PGE, por meio do Expediente nº 13840-958816/2011, em 26 de outubro de 2011, respondeu à consulta da SEFAZ firmando o entendimento de que a remuneração incidente sobre as parcelas dos Parcelamentos, com prazo de pagamento superior a 12 (doze) meses, deve corresponder exclusivamente à variação acumulada da “Taxa SELIC”, salvo no mês de vencimento da parcela, em que o acréscimo foi pré-fixado em 1% (um por cento). O entendimento manifestado pela PGE difere daquele até então adotado pela SEFAZ, no sentido de fazer prevalecer, a cada mês, o maior entre o percentual de 1% (um por cento) ou a variação mensal da “Taxa SELIC”. À vista do entendimento firmado pela PGE, o Estado, conforme consignada na Manifestação GPG nº 01/2011, aprovada pelo Procurador Geral do Estado de São Paulo, resolveu alterar o procedimento anterior e orientou a PRODESP, por meio da PGE, nos termos do Ofício DA nº 1.963/2011, a tomar as providências necessárias à adequação do sistema de controle e pagamento do PPI de forma que as parcelas vincendas de cada Parcelamento passem a refletir o valor resultante exclusivamente do acréscimo da variação acumulada da “Taxa SELIC”, desde o mês da celebração de cada Parcelamento.

Ainda em razão do recálculo determinado pelo Estado, o novo valor das parcelas vincendas de cada Parcelamento deverá incorporar a dedução das importâncias recolhidas a maior em relação às parcelas vencidas, de modo que, ao final, o Contribuinte tenha pago exatamente o montante total devido com base no entendimento da PGE. O procedimento de ajuste acima referido poderá não ser integralmente implementado na vigência desta Escritura. Eventuais questionamentos administrativos e judiciais que tenham por objeto o disposto no parágrafo anterior poderão ensejar atrasos no recebimento dos Direitos Creditórios cedidos pelo Estado à Emissora.

## ***Estado de São Paulo e Precatórios***

O artigo 100 da CF trata do pagamento, pela Fazenda Pública, das quantias decorrentes de condenação judicial que são pagas por precatório requisitado pelo juízo ao Presidente do Tribunal ao qual está vinculado. A regra geral é de que, ressalvadas as condenações de pequeno valor, os valores relativos aos precatórios apresentados até 1º de julho de um exercício sejam incluídos no orçamento e pagos no exercício seguinte. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios acumularam um estoque muito grande de precatórios não pagos no exercício seguinte ao da apresentação ("Precatórios Vencidos"). Desde a promulgação da CF, o legislador constituinte vem estabelecendo regimes especiais para pagamento dos Precatórios Vencidos. A Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009 ("EC 62"), alterou o artigo 100 da CF e, mais uma vez, instituiu regimes especiais para pagamento dos Precatórios Vencidos e dos que vierem a ser apresentados na sua vigência, conforme o disposto no artigo 97 e seus §§ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ("ADCT"). Através do Decreto nº 55.300 o Estado, de conformidade com norma do ADCT, optou pelo regime especial de pagamento de precatórios que consiste em depositar, mensalmente, em conta administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado ("TJSP"), a quantia correspondente a 1/12 de 1,5% da receita corrente líquida, apurada no segundo mês anterior ao do depósito, para pagamento de precatórios. Conforme informações fornecidas pela SEFAZ, a partir da EC 62 e do Decreto 55.300 foram feitas transferências mensais para a conta do TJSP, para pagamento de precatórios. De acordo com a EC 62, a falta de transferência tempestiva para a conta administrada pelo TJSP dos valores previstos no regime especial adotado pelo Estado, conforme Decreto 55.300, poderá ensejar: (i) o sequestro de valores, até o limite do valor não liberado; e (ii) a constituição, por ordem do Presidente do TJSP, de crédito líquido e certo em favor do credor do precatório, para pagamento de débitos líquidos e certos com poder liberatório do pagamento de tributos até onde se compensarem, independentemente de regulamentação. Adicionalmente, a EC 62 permitiu a cessão total ou parcial de créditos em precatórios, independentemente da anuência do devedor e convalidou todas as cessões feitas antes da sua promulgação. Se o Presidente do TJSP vier a constituir crédito líquido e certo em favor de credor de precatório, o valor do crédito poderá ser usado para compensar com parcelas do PPI. Como a compensação constitui evento de indenização e se o Estado não cumprir as obrigações do regime especial de pagamento de precatórios pelo qual optou e não cumprir espontaneamente a obrigação de indenizar, a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão poderá ser comprometida. Com relação aos pedidos de sequestro de valores requerido contra o Estado, o Procurador Geral do Estado, por meio de Ofício de 27 de agosto de 2010, deu ciência à SEFAZ que já existem decisões do TJSP, concessivas da segurança para fins de assegurar a continuidade dos pedidos de sequestro. O estoque de precatórios do Estado, em valores de 31 de agosto de 2011, importava em R\$ 17.884.582.972,77.

## ***Inadimplência dos Devedores dos Direitos Creditórios e Limite da Garantia***

Na hipótese de ocorrer, por qualquer motivo, inclusive em função da deterioração do cenário macroeconômico no Brasil, aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios pelos Contribuintes, a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures poderá ser comprometida. Ademais, os bens

e direitos onerados em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, incluindo, sem limitação, os Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária, poderão ser insuficientes para que a Emissora liquide tempestivamente as suas obrigações decorrentes das Debêntures. Adicionalmente, cabe ressaltar que o Estado, nos termos do Contrato de Cessão, transferirá para a Emissora o estoque total de Direitos Creditórios de sua titularidade autorizados pela Lei Autorizativa e, conseqüentemente, encontra-se impossibilitado de ceder novos créditos para a Emissora.

### ***Compensação de Tributos***

Os Contribuintes podem efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios por meio dos procedimentos de compensação de tributos previstos no Decreto Estadual nº 53.671, de 10 de novembro de 2008, conforme alterado. A solvência da Emissora poderá ser comprometida caso um volume significativo de Direitos Creditórios de titularidade da Emissora sejam liquidados por meio dos procedimentos de compensação. Tal evento poderá comprometer a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos na Escritura de Emissão.

### ***Rompimento do Parcelamento***

O Parcelamento pode ser Rompido em hipóteses específicas previstas no inciso II do artigo 6º do Decreto Estadual nº 51.960, com as alterações do Decreto Estadual nº 56.102, de 18 de agosto de 2010, e do Decreto Estadual nº 56.341, de 27 de outubro de 2010, conforme alterado pelo Decreto Estadual nº 57.488, de 4 de novembro de 2011, observados os demais termos dos referidos Decretos. Neste caso, verificado o efetivo Rompimento, haverá a recomposição do débito fiscal original, acrescido das multas originais e demais cominações. Nos termos do Contrato de Cessão, os valores recebidos dos Contribuintes por conta de cada Parcelamento Rompido serão imputados prioritariamente no pagamento, proporcional e *pari-passu*, da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido, da Verba Honorária e da Quota Parte dos Municípios. Ademais, os valores referentes aos Parcelamentos Rompidos não mais transitarão pela Conta de Recebimento, sendo recebidos diretamente pelo Estado para posterior repasse à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão, até o limite acima referido. O descumprimento pelo Estado de sua obrigação de repassar os recursos de titularidade da Emissora poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos na Escritura de Emissão, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

### ***Adimplemento Contratual***

A manutenção da boa ordem administrativa, legal e operacional do Processo de Securitização encontra-se diretamente vinculada ao cumprimento, pelos signatários dos Documentos da Operação, de suas respectivas obrigações lá estabelecidas. Não há nenhuma garantia de que os signatários dos Documentos da Operação cumprirão com suas respectivas obrigações ou mesmo não contestarão, judicial ou administrativamente, a

legalidade e/ou o caráter vinculativo das avenças contidas nos referidos instrumentos jurídicos. O descumprimento pelos signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações, em conjunto ou separadamente, poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos na Escritura de Emissão, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

### ***Exequibilidade Restrita por Força de Lei***

A exequibilidade das Debêntures e/ou dos demais Documentos da Operação pode ser limitada por força de (i) disposições da legislação especial, incluindo a falimentar, que afete os direitos dos titulares das Debêntures; (ii) possível indisponibilidade de execução específica, tutela antecipada, procedimentos executivos ou outros recursos processuais assemelhados; e (iii) conceitos de onerosidade excessiva, desequilíbrio contratual, razoabilidade, função social do contrato e boa-fé.

### **Riscos Operacionais**

Há riscos operacionais relacionados ao desempenho pelo Estado, pela SEFAZ, pela PGE, pela PRODESP, por cada um dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador e seus Agentes de suas respectivas atribuições previstas nos respectivos Documentos da Operação, os quais poderão ocasionar prejuízos para a Emissora e/ou afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade. O não processamento e encaminhamento de determinadas informações poderá resultar na interrupção dos procedimentos de transferência de valores e do fluxo de informações relativos aos valores arrecadados por meio de procedimentos de cobrança judicial e administrativa. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura de Emissão.

### ***Procedimentos de Arrecadação e Transferência dos Recursos Relacionados aos Direitos Creditórios de Titularidade da Emissora***

Os Contribuintes efetuam o pagamento dos créditos tributários passíveis de cessão, nos termos do Contrato de Cessão, precipuamente por meio de GARE, emitida eletronicamente pelo Contribuinte na página eletrônica da SEFAZ, localizada na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico “[www.ppidoicms.sp.gov.br](http://www.ppidoicms.sp.gov.br)”, e/ou por meio de débito automático em conta corrente de titularidade do respectivo Contribuinte, conforme regulado no artigo 7º do Decreto Estadual nº 51.960. Os Bancos Arrecadadores, nos termos do respectivo Contrato de Arrecadação, serão responsáveis pelo recebimento dos valores pagos pelos Contribuintes quando da liquidação dos Direitos Creditórios por estes devidos, sendo que tais verbas serão imediatamente transferidas para o Banco Centralizador. Por sua vez, nos termos do Contrato de Centralização e Repasse, o Banco Centralizador receberá dos Bancos Arrecadadores os recursos decorrentes da liquidação, pelos Contribuintes, dos créditos tributários cedidos nos termos do Contrato de Cessão e os creditarão direta, única e exclusivamente na Conta de Recebimento. Há riscos operacionais

relacionados ao desempenho pelo Estado, pela SEFAZ, pela PGE, pela PRODESP, por cada um dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador de suas respectivas atribuições previstas nos respectivos Documentos da Operação, os quais poderão ocasionar prejuízos para a Emissora e/ou afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade. Os recursos em trânsito decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios, desde o seu recebimento pelos Bancos Arrecadadores, sua transferência para o Banco Centralizador e crédito na Conta de Recebimento, poderão ser objeto de constrição judicial ou evento equivalente. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura de Emissão.

### ***Procedimentos de Arrecadação e Transferência dos Recursos Relacionados aos Parcelamentos Rompidos***

Nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios, quando decorrentes de Parcelamentos Rompidos, não transitarão pela Conta de Recebimento, sendo recebidos diretamente pelo Estado para posterior repasse à Emissora, pelo valor correspondente à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido de cada Parcelamento Rompido, até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios.

O Estado obriga-se a transferir para a Conta de Recebimento, no último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor que a Emissora faça *jus* em razão da execução de procedimentos de cobrança judicial dos Direitos Creditórios cedidos à Emissora, incluindo os valores vinculados aos Parcelamentos Rompidos, até o limite da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido de cada Parcelamento Rompido, recebido no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior, observada a prioridade de imputação prevista no Contrato de Cessão. A 1ª (primeira) transferência acima referida abrangerá todos os valores recebidos pelo Estado por conta de Parcelamentos Rompidos, a partir do fechamento do dia 29 de fevereiro de 2012. Caso o Estado descumpra com sua obrigação de repassar os recursos de titularidade da Emissora, tais eventos poderão afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

### ***Posse dos valores de titularidade da Emissora pelos Bancos Arrecadadores e pelo Banco Centralizador***

Na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária de qualquer dos Bancos Arrecadadores e do Banco Centralizador, os recursos de titularidade da Emissora que se encontrem, a qualquer título, na posse de quaisquer das instituições financeiras acima referidas ou lhes sejam transferidos, poderão sujeitar-se a bloqueios cuja liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Emissora e/ou, conforme o caso, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, sendo que tal fato

poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.

### ***Descumprimento de obrigações e necessidade de recorrer ao Poder Judiciário***

Na hipótese de necessidade de a Emissora e/ou o AGENTE FIDUCIÁRIO precisarem recorrer ao Poder Judiciário, para defesa de seus direitos decorrentes do Contrato de Cessão, desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, a hipótese de não cumprimento voluntário de obrigação de indenizar, podem ser identificados os seguintes riscos: (a) o processo judicial brasileiro é sabidamente moroso, não sendo possível estabelecer com precisão o resultado e o tempo de duração de um processo judicial; (b) o descumprimento de obrigação pela Emissora, ainda que seja causa de vencimento antecipado das Debêntures, não é causa de vencimento antecipado dos Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO em benefício dos titulares das Debêntures; (c) o AGENTE FIDUCIÁRIO não tem legitimidade para cobrar diretamente dos Contribuintes os Direitos Creditórios; e (d) na execução de quantia certa contra o Estado, caso o Estado deixe de pagar qualquer valor devido à Emissora em razão da ocorrência, por exemplo, de um Evento de Indenização, os pagamentos são feitos mediante requisição de pagamento pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na ordem de apresentação dos precatórios. A necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, sendo que tal fato poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.

### ***Reforço de Garantia Limitado***

A Emissora não se encontra obrigada a promover o reforço da Garantia Real, mesmo na hipótese de os Direitos Creditórios ali onerados encontrarem-se inadimplentes, deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis, serem objeto de Eventos de Indenização ou tornarem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da Garantia Real. Adicionalmente, cabe-se ressaltar que o Estado, nos termos do Contrato de Cessão, transferirá para a Emissora o estoque total de Direitos Creditórios de sua titularidade e, conseqüentemente, encontra-se impossibilitado de ceder novos créditos para a Emissora.

### **Riscos Relacionados ao Estado**

#### ***Inadimplemento dos Contratos de Financiamento Relevantes***

O Estado celebrou com diversas Pessoas, inclusive a União, os Contratos de Financiamento Relevantes. Regra geral, na falta de cumprimento, pelo Estado, de qualquer de suas obrigações pecuniárias avençadas nos Contratos de Financiamento Relevantes, pode o respectivo beneficiário (credor) insurgir-se contra a transferência dos Direitos Creditórios para a Emissora e ingressar com medidas judiciais buscando provimento específico para que os pagamentos dos Direitos Creditórios sujeitem-se aos procedimentos de vinculação lá

previstos. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

#### ***Possibilidade de Eventual Questionamento da Validade da Cessão dos Direitos Creditórios à Emissora***

O direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão, poderá ser objeto de contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Contribuintes e/ou quaisquer terceiros, o que, independentemente de alegação ou mérito, poderá eventualmente comprometer a liquidez e certeza do crédito tributário cujo fluxo financeiro decorrente dos Direitos Creditórios tenha sido cedido, sem que daí advinha qualquer responsabilidade para o Estado.

Ademais, a validade da cessão dos Direitos Creditórios pelo Estado para a Emissora poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro, inclusive por qualquer ente público ou pelo Governo do Estado. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura de Emissão. Ademais, outras entidades e pessoas questionaram a aderência da contratação do Coordenador Líder aos termos e condições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada.

#### ***Concessão de dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento de Direitos Creditórios pelo Estado***

O pagamento das Debêntures nos montantes e prazos previstos nesta Escritura de Emissão poderá ser adversamente afetado caso o Estado conceda ao contribuinte dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento de Direitos Creditórios por esses devidos que resultem no alongamento do perfil de repagamento dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

#### **4.1. Características Básicas**

##### **4.1.1. Total da Emissão**

O valor total da Emissão é de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto no item (3.6) acima.

##### **4.1.2. Valor Nominal Unitário**

O valor nominal unitário de cada Debênture é de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão.

#### 4.1.3. Número de Séries

A Emissão será feita em série única.

#### 4.1.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 1.200 (mil e duzentas) Debêntures, observado o disposto no item (3.6) acima..

#### 4.1.5. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 01 de março de 2012 ("Data de Emissão").

#### 4.1.6. Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures terão um prazo de vigência desde a Data de Emissão até 29 de fevereiro de 2016 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao resgate integral das Debêntures em circulação pelo saldo de seu valor nominal não amortizado, acrescido da Remuneração e dos demais encargos devidos, calculada na forma do item (4.3) abaixo.

#### 4.1.7. Forma

As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

#### 4.1.8. Titularidade das Debêntures

Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato dos depósitos realizados pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome dos respectivos debenturistas ("Debenturistas"), quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

#### 4.1.9. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.1.10. Espécie

4.1.10.1. As Debêntures são da espécie com garantia real, constituída e regulada no Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária ("Garantia Real"), representada por:

- a) observados os termos e as condições do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, da Lei 9.514/97 e do Código Civil brasileiro (artigos 1.361 e seguintes), no que forem

aplicáveis, cessão fiduciária, constituída pela Emissora em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de instituição representante da comunidade dos titulares das Debêntures, com referência a cada Parcelamento, da parcela do fluxo financeiro correspondente a 74% (setenta e quatro por cento) do somatório do valor correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento Vigente de cada Parcelamento, conforme relacionados em anexos específicos: (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos (“Direitos Creditórios”); e

- b) observados os termos e as condições do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária, Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros e do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04, da Lei 9.514/97 e do Código Civil brasileiro (artigos 1.361 e seguintes), no que forem aplicáveis, cessão fiduciária, constituída em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de instituição representante da comunidade dos titulares das Debêntures, (i) dos direitos de crédito de titularidade da Emissora referentes aos recursos mantidos e/ou depositados na Conta de Recebimento, na Conta Fundo de Amortização e na Conta Banco Mandatário (doravante denominadas, em conjunto, “Contas Vinculadas”); e (ii) dos títulos, bens e direitos, decorrentes dos investimentos permitidos realizados com os recursos depositados em cada Conta Vinculada, respectivamente.

4.1.10.2. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o valor mínimo da Garantia Real deve ser equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, observado o critério *pro-rata temporis*. De forma a verificar-se o enquadramento, pela Emissora, ao parâmetro acima estabelecido, a Emissora e o AGENTE FIDUCIÁRIO deverão calcular, no penúltimo Dia Útil de cada mês calendário (cada uma “Data de Verificação”), após o recebimento do Relatório Gerencial, o Índice de Garantia Real (“IGR”), por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$IGR = \frac{\left( \sum_{n=1}^k \frac{VDC_n}{\left( 1 + \frac{Spread}{100} \right)^{\frac{du_n}{252}}} \right) + VFA + VCBM}{SDR}$$

onde:

IGR Índice de Garantia Real, calculado em cada Data de Verificação.

*Spread* Conforme definido no item (4.3.3).

$VDC_n$  valor de todas as parcelas dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora vencidas, apurado no n-ésimo mês subsequente à última data de pagamento (ou incorporação) de juros e amortização,

deduzido do valor das parcelas dos Direitos Creditórios vincendas no n-ésimo mês subsequente à última data de pagamento (ou incorporação) de juros e amortização, cujo status no relatório gerencial enviado, pela Emissora, por meio eletrônico ao AGENTE FIDUCIÁRIO, até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário, observadas o *layout* contido no “Anexo IV” desta Escritura de Emissão (“Relatório Gerencial”), (i) conste como “Rompido” e/ou (ii) já atendam, nos termos da legislação aplicável ao PPI, aos requisitos necessários para que o(s) respectivo(s) Parcelamento(s) seja(m) considerado(s) Rompido(s), apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.

VFA	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados ao Fundo de Amortização, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
VCBM	valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta Banco Mandatário, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
SDR	somatório do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação.
$du_n$	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, e a data de pagamento da “n” éxima parcela, ou a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro.
K	número total de meses entre a data de verificação e a data de vencimento, sendo K um número inteiro.

4.1.10.3. Enquanto existirem Debêntures em circulação, o IGR, apurado na forma do item (4.1.10.2) acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,5 (um vírgula cinco). Caso o valor do IGR seja inferior a 1,5 (um vírgula cinco), em qualquer Data de Verificação, configura-se um Evento de Avaliação. Para os fins e efeitos de cálculo do IGR, a 1ª (primeira) verificação ocorrerá no penúltimo Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente ao da 1ª (primeira) data de subscrição e integralização das Debêntures.

4.1.10.4. Os recursos decorrentes do pagamento, resgate ou alienação dos títulos financeiros, presentes ou futuros, e quotas de fundos de investimento, adquiridos, pela Emissora, com os recursos depositados em cada uma das Contas Vinculadas deverão ser obrigatoriamente creditados na Conta Vinculada de origem. Caberá ao AGENTE

FIDUCIÁRIO, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros, previamente à movimentação das verbas depositadas nas Contas Vinculadas, verificar que (a) as instituições financeiras custodiantes dos ativos em questão comprometem-se, por escrito, a observar o acima previsto; e (b) os respectivos bens e direitos encontrem-se devidamente onerados em favor dos titulares das Debêntures, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros e da legislação em vigor, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros.

4.1.10.5. A Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar todo e qualquer ato, enviar correspondências, assinar e entregar qualquer tipo de documento ou declaração, que venha a ser solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, necessário ao aperfeiçoamento e formalização da cessão fiduciária dos bens e direitos vinculados à Garantia Real.

4.1.10.6. Enquanto existirem Debêntures em circulação, a Emissora e o AGENTE FIDUCIÁRIO deverão calcular, em cada Data de Verificação, utilizando o último Relatório Gerencial disponibilizado pela Emissora, o Índice de Cobertura (“IC”) para cada mês  $m$  entre o mês imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação e o mês de vencimento das Debêntures em circulação, de acordo com a seguinte expressão:

$$IC_m = \frac{VCRm}{VAMm + VJm};$$

onde:

IC <sub>m</sub>	Índice de Cobertura, calculado em cada Data de Verificação, referente ao mês $m$ .
VCR <sub>m</sub>	valor das parcelas dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, recebido no mês $m$ .
VAM <sub>m</sub>	valor da parcela de amortização das Debêntures em circulação, pago ou a ser pago no mês $m$ , conforme definido na tabela contida no “ <u>Anexo V</u> ” desta Escritura de Emissão.
VJ <sub>m</sub>	valor da parcela de juros das Debêntures, pago ou a ser pago no mês.

4.1.10.7. Enquanto existirem Debêntures em circulação, cada IC, apurado na forma do item (4.1.10.6) acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,4 (um vírgula quatro), sendo que a verificação do IC iniciar-se-á a partir do primeiro mês de pagamento de juros e a amortização das Debêntures, ou seja, a 1ª (primeira) verificação ocorrerá em 30 de maio de 2012.

4.1.10.8. Conforme estabelecido no Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária, a Emissora não se encontra obrigada a promover o reforço da Garantia Real, mesmo na hipótese de os Direitos Creditórios ali onerados encontrarem-se inadimplentes, deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis, serem objeto de Eventos de Indenização ou tornem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da garantia ora prestada.

4.1.10.9. Os recursos depositados nas Contas Vinculadas somente poderão ser aplicados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, atuando por conta e ordem da Emissora, em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (b) operações compromissadas tendo por lastro os títulos acima referidos e como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas; e/ou (c) quotas de fundos de investimentos, administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária e cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos preponderantemente nos ativos identificados nas alíneas “a” e “b” anteriores, sendo expressamente vedada a aquisição de ativos de renda variável. Para os fins e efeitos desta Escritura, são consideradas “Instituições Autorizadas” as seguintes instituições financeiras: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Banco Itaú Unibanco S.A.; e (iii) instituições controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das instituições referidas nos subitens “i” e “ii” acima, desde que possuam classificação de risco igual ou superior à das Debêntures, elaborado por agência de classificação de risco internacional.

#### 4.2. Atualização do Valor Nominal

O valor nominal das Debêntures não será atualizado monetariamente.

#### 4.3. Remuneração

Cada Debênture fará *jus* ao recebimento de juros remuneratórios (“Remuneração”), correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada do *Spread* de 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento) ao ano, expressa em 252 dias úteis, definido em processo de *bookbuilding* observado o item (3.5.1) acima, na forma estabelecida no item (4.3.3) abaixo, incidente sobre o saldo do valor nominal não amortizado de cada Debênture, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo:

$$R = \{SVN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

R                                      valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período

de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Período de Capitalização

intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do 1º Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

SVN

saldo do valor nominal não amortizado de cada Debênture no início do respectivo Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI

produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)],$$

onde:

$n_{DI}$  número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " $n_{DI}$ " um número inteiro;

$TDI_k$  Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo que:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1,$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n.$

$DI_k$  Taxa DI-Over, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$d_k = 1$ ;

Fator Spread

Sobretaxa de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right],$$

onde:

*Spread* definido conforme o item (4.3.3), informado com 4 (quatro) casas decimais;

“n” = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual do cálculo, sendo “n” um número inteiro; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante (Fator DI) com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

#### 4.3.1. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida no último Dia Útil de cada mês, sendo a 1ª (primeira) Remuneração devida em 30 de maio de 2012 e a última em 29 de fevereiro de 2016. Sendo certo que a Remuneração devida entre a data de emissão e 30 de abril de 2012, inclusive, será incorporado ao valor nominal unitário das Debêntures especificado no item (4.1.2), sendo este saldo a Base de Cálculo para o próximo período de capitalização.

#### 4.3.2. Não Divulgação, Extinção ou Impossibilidade Legal de Utilização da Taxa DI

4.3.2.1. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI

que estiver disponível naquela data, por até 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.3.2.2. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, extinção da Taxa DI ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a Taxa SELIC. Nesta hipótese, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar Assembleia dos titulares das Debêntures, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos acima definidos, para que seja deliberada pelos Debenturistas a ratificação da aplicação da Taxa SELIC ou aplicação de uma nova taxa definida de comum acordo entre os titulares das Debêntures e a Emissora, sobre a qual será aplicado o Spread fixado no item (4.3.3) abaixo, sempre de forma a preservar o valor real da Remuneração das Debêntures. Aprovada a deliberação acima referida, por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a mesma será aplicada a partir da data de realização da respectiva Assembleia, segundo as regras determinadas pelos titulares das Debêntures e a Emissora no curso da referida Assembleia, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas.

4.3.2.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa SELIC por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, extinção da Taxa SELIC ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, ausência de ratificação da Taxa SELIC ou aprovação de nova taxa para substituí-la pelos Debenturistas na forma do item (4.3.2.2) acima, a Emissora deverá, em regime de caixa, promover a amortização extraordinária parcial do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, se aplicável; e, quando da realização do último pagamento, no resgate total do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, se aplicável, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração incorrida até a data do pagamento, observado o critério *pro rata temporis*.

4.3.2.4. As Debêntures resgatadas deverão ser imediatamente canceladas.

#### 4.3.3. ***Spread***

A taxa de juros ("Spread"), a ser acrescida à Taxa DI, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, fixada após apuração da coleta de intenções de investimento no curso do processo de bookbulding), conforme definido no item (3.5.1) acima, é equivalente a 2,90% (dois vírgula noventa por cento).

#### 4.4. **Repactuação**

Não haverá processo de repactuação para as Debêntures.

#### **4.5. Subscrição**

##### **4.5.1. Preço de Subscrição**

O preço de subscrição de cada Debênture será equivalente ao valor nominal, acrescido da Remuneração calculada desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

##### **4.5.2. Integralização**

A integralização das Debêntures será feita à vista no ato da subscrição.

##### **4.5.3. Forma de Integralização**

As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional.

##### **4.5.4. Direito de Preferência**

Não haverá direito de preferência para os acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures, conforme deliberado na AGE e na AGE de Rerratificação.

#### **4.6. Cronograma de Amortização**

As Debêntures serão amortizadas em 46 (quarenta e seis) parcelas mensais, sendo que para cálculo da 1ª (primeira) parcela, com vencimento em 30 de maio de 2012, a Remuneração calculada da Data de Emissão até o dia 30 de abril de 2012 será incorporada ao valor nominal unitário das Debêntures especificado no item (4.1.2). Deste modo, o percentual de amortização indicado no cronograma de amortização definido no “Anexo V” desta Escritura de Emissão incidirá sobre o saldo do valor nominal unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a 1ª (primeira) parcela com vencimento em 30 de maio de 2012, até a última com vencimento em 29 de fevereiro de 2016, nos termos do “Anexo V”.

#### **4.7. Eventos de Avaliação**

4.7.1. São considerados eventos de avaliação (“Eventos de Avaliação”), sujeitos aos procedimentos definidos nos itens (4.7.2) e seguintes abaixo, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) existência de quaisquer títulos emitidos pela Emissora que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação de seus efeitos ou, ainda, sejam prestadas garantias adequadas em juízo em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do protesto;

- b) inadimplência da Emissora no cumprimento de qualquer obrigação de natureza financeira em que a mesma seja a principal pagadora ou garantidora e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
- c) caso a Emissora deixe de atender aos limites mínimos fixados para o IGR, em qualquer Data de Verificação;
- d) caso, em cada Data de Verificação, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, que tenham sido objeto de extinção, total ou parcial, em razão de compensação, liquidação com utilização de crédito acumulado de ICMS ou dação em pagamento, nos termos da alínea “a” do item (6.1) da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão, no período de 90 (noventa) dias imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, seja igual ou superior ao valor do VDC apurado para a respectiva Data de Verificação;
- e) caso o IC não atenda ao disposto no item (4.1.10.7) em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação quaisquer dentro de um período de 12 (doze) meses consecutivos;
- f) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, inclusive aquelas relativas à constituição do Fundo de Amortização, que não seja integralmente sanado pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de inadimplemento;
- g) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista em qualquer dos Documentos da Operação, que não seja integralmente sanado pela Emissora nos prazos ali estabelecidos;
- h) as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou Estado nos Documentos da Operação provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- i) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), dos Documentos da Operação, de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Documentos da Operação, que não seja integralmente sanado nos prazos ali estabelecidos;
- j) caso a legalidade ou a validade da cessão dos Direitos Creditórios do Estado para a Emissora, nos termos do Contrato de Cessão e/ou de qualquer dos Documentos da Operação, venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e seja concedido provimento, ou seja proferida decisão judicial ou administrativa, que afete o curso ordinário do Processo de Securitização, excetuados os casos que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação dos efeitos da medida proposta, ou da referida decisão judicial ou administrativa, caso aplicável, em até 15 (quinze) dias contados da data em que a Emissora e/ou o Estado tomarem ciência do respectivo procedimento, e/ou da referida decisão judicial ou administrativa;

- k) caso a legalidade ou a validade da Emissão das Debêntures venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e seja concedido provimento, ou seja proferida decisão judicial ou administrativa que afete o curso ordinário do Processo de Securitização, excetuados os casos que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação dos efeitos da medida proposta, ou da referida decisão judicial ou administrativa caso aplicável, em até 15 (quinze) dias contados da data em que a Emissora e/ou o Estado tomarem ciência do respectivo procedimento e/ou da referida decisão judicial ou administrativa;
- l) caso ocorra o inadimplemento do Estado e/ou a declaração do vencimento antecipado de suas obrigações assumidas em qualquer dos instrumentos jurídicos perfilados no “anexo I” da declaração preparada pelo Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo na forma do “anexo XII” do Contrato de Cessão e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de ocorrência do respectivo evento;
- m) caso seja ajuizada contra a Emissora qualquer ação, ou conjunto de ações, de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- n) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- o) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora;
- p) rebaixamento da classificação de risco outorgada às Debêntures na Data de Emissão, sempre se considerando a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco responsável pela emissão da nota;
- q) caso, no período de 60 (sessenta) dias imediatamente anterior a cada Data de Verificação, o valor creditado na Conta Fundo de Amortização seja inferior aos montantes mínimos definidos no item (4.12.3);
- r) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora não seja feita por Empresa de Auditoria Independente;
- s) caso sejam criados novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam afetar de forma relevante, a critério dos Debenturistas em Assembleia, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos dos Documentos da Operação;

- t) caso a Taxa DI ou Taxa SELIC, conforme o caso, divulgada seja maior ou igual a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI ou Taxa SELIC, conforme o caso, do Dia Útil imediatamente anterior;
- u) ocorrência por iniciativa do Estado de qualquer ato ou procedimento que implique na modificação das características dos Direitos Creditórios ao tempo de sua cessão para a Emissora; ou
- v) ocorrência, em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação no período de 12 (doze) meses, de qualquer Evento de Indenização, cujo valor indenizatório devido pelo Estado à Emissora em razão do referido Evento de Indenização seja igual ou superior ao valor mensal de juros e amortização a ser pago pela Emissora no mês imediatamente seguinte ao da Data de Verificação, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.7.2. A Emissora deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que esta tomar conhecimento do evento.

4.7.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão, devendo o AGENTE FIDUCIÁRIO interromper imediatamente os procedimentos de transferência de valores da Conta Recebimento para a Conta de Livre Movimentação.

4.7.4. Os titulares das Debêntures, reunidos em Assembleia, convocada na forma do item (4.7.3) acima e instalada nos termos do item (8.2) abaixo, poderão deliberar por maioria das Debêntures em circulação em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures presentes em 2ª (segunda) convocação: (i) que o AGENTE FIDUCIÁRIO possa reiniciar os procedimentos de transferência de valores da Conta Recebimento para a Conta de Livre Movimentação; (ii) que o Evento de Avaliação seja considerado um Evento de Amortização Antecipada, sendo que, neste hipótese, deverá ser observado o disposto no item (4.8.2) abaixo; ou (iii) que o Evento de Avaliação seja considerado um Evento de Vencimento Antecipado, sendo que, neste hipótese, deverá ser observado o disposto no item (4.9.2) abaixo.

4.7.5. Na hipótese do subitem “ii” do item (4.7.4) acima, os Debenturistas poderão definir, no curso da referida Assembleia de Debenturistas, os eventos que ensejarão a convalidação automática do Evento de Avaliação em um Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da realização de uma nova Assembleia de Debenturistas prevista no item (4.8.4).

#### 4.8. Eventos de Amortização Antecipada

4.8.1. São considerados eventos de amortização antecipada (“Eventos de Amortização Antecipada”), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas prevista nesta Escritura de Emissão, que não seja integralmente sanada pela Emissora no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data de vencimento da respectiva obrigação;
- b) caso seja ajuizada contra a Emissora, pelo Governo do Estado, qualquer ação, ou conjunto de ações, questionando qualquer dos Documentos da Operação;
- c) caso seja proposta qualquer tipo de legislação ou medida administrativa, pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, que inviabilize os procedimentos descritos na Escritura de Emissão, nas Debêntures ou nos demais Documentos da Operação;
- d) caso seja aprovada qualquer legislação estadual que inviabilize os procedimentos descritos nos Documentos da Operação;
- e) caso a Emissora deixe de atender aos limites mínimos fixados para o Fundo de Amortização, em qualquer Data de Verificação, e tal evento não seja sanado até a Data de Verificação imediatamente subsequente;
- f) deliberação, em Assembleia de Debenturistas, realizada nos termos do item (4.7.4) acima, que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- g) rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão, Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e/ou dos demais Documentos da Operação.

4.8.2. Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada, enquanto esse evento não for interrompido na forma prevista no item (4.8.5) abaixo, o AGENTE FIDUCIÁRIO (i) providenciará a utilização dos recursos depositados na Conta Fundo de Amortização e na Conta de Recebimento, disponíveis ou que venham a ser creditados por conta da arrecadação futura dos Direitos Creditórios de titularidade da Emissora, (A) na amortização extraordinária parcial do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, se aplicável; e, quando da realização do último pagamento, (B) no resgate total do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, se aplicável, por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração incorrida até a data do pagamento, observado o critério *pro rata temporis*; e (ii) interromperá imediatamente os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta Livre de Movimentação.

4.8.3. Os recursos referidos no subitem “i” do item (4.8.2) acima, deverão ser inicialmente imputados no pagamento da Remuneração e posteriormente na amortização do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures.

4.8.4. A Emissora deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão. Os titulares das Debêntures, reunidos em Assembleia, instalada nos termos do item (8.2) abaixo, poderão, por maioria das Debêntures em circulação em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures presentes em 2ª (segunda) convocação, (i) deliberar que o Evento de Amortização Antecipada seja considerado um Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) definir os eventos que ensejarão a convolação automática do Evento de Amortização Antecipada em um Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da realização de uma nova Assembleia de Debenturistas.

4.8.5. Sem prejuízo da prerrogativa prevista no item (4.7.5) acima, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, os titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de Debenturistas em 1ª (primeira) convocação, ou por maioria das Debêntures presentes, em 2ª (segunda) convocação, poderão deliberar a interrupção dos procedimentos definidos no item (4.8.2) acima e a consequente retomada das transferências de valores da Conta de Recebimento para a Conta Livre de Movimentação.

4.8.6. Na hipótese de amortização antecipada das Debêntures que estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

#### **4.9. Eventos de Vencimento Antecipado**

4.9.1. São considerados eventos de vencimento antecipado (“Eventos de Vencimento Antecipado”), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- b) liquidação, pedido de falência, não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora;
- c) extinção ou dissolução da Emissora;
- d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

- e) cessão, promessa de cessão ou qualquer outra forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, de suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- f) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador;
- g) concessão de autorização para a redução de capital da Emissora e/ou a negociação, a qualquer título, pela Emissora, com ações de sua emissão;
- h) caso o Banco Centralizador deixe de exercer suas funções nos termos do Contrato de Centralização e Repasse de Recursos e dos respectivos Documentos da Operação, sem a assunção, por outra instituição financeira, sem solução de continuidade, de suas responsabilidades definidas nos Documentos da Operação dos quais o Banco Centralizador seja parte ou interveniente;
- i) caso seja realizada qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Emissora;
- j) deliberação, em Assembleia de Debenturistas, que qualquer dos Eventos de Avaliação ou dos Eventos de Amortização Antecipada constitui um Evento de Vencimento Antecipado, nas formas definidas nos itens (4.7.4) e (4.8.4); ou
- k) caso a Emissora (i) adquira quaisquer direitos creditórios que não estejam expressamente previstos na Lei Autorizativa, conforme vigente na Data de Emissão, (ii) adquira, no curso de cada exercício social, quaisquer ativos em valor unitário superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), ressalvada (a) a realização de aplicações financeiras, previstas nos Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos, com os recursos depositados nas Contas Vinculadas e (b) a realização de aplicações financeiras em investimentos permitidos com os recursos disponíveis na Conta de Livre Movimentação, ou (iii) contrate quaisquer operações de financiamentos ou emita títulos de dívida ou valores mobiliários, exceto pelas Debêntures Subordinadas e por quaisquer títulos de dívida ou valores mobiliários dos quais decorram obrigações que estejam subordinadas às obrigações da Emissora decorrentes da Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, ou realize quaisquer outras atividades estranhas ao seu objeto social ou que, no entendimento razoável do AGENTE FIDUCIÁRIO, possa afetar e/ou frustrar os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Debêntures, o equilíbrio econômico financeiro da Emissora e a boa ordem legal, administrativa e econômico financeira da Emissora.

4.9.2. A Emissora deverá notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, excetuados aqueles perfilados nas alíneas “g”, “i” e “k” do item (4.9.1) acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e

exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento e dos demais encargos devidos, e tomar todas as medidas cabíveis à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas, mantendo ou iniciando os procedimentos de amortização antecipada previstos nos itens (4.7.4) e (4.8.2) acima. Nos termos do parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM nº 28/83”), o AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá do cumprimento das obrigações acima referidas caso assim seja deliberado por Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

4.9.3. Sem prejuízo da obrigação do AGENTE FIDUCIÁRIO de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures na forma do item (4.9.2) acima, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado perfilados nos alíneas “g”, “i” e “k” do item (4.9.1) acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia de Debenturistas, para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado.

#### **4.10. Condições de Pagamento**

##### **4.10.1. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fazem *jus* as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso (i) os procedimentos adotados pela CETIP, caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND ou, (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora ou, conforme o caso, os procedimentos adotado pelo Escriturador.

##### **4.10.2. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não seja Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

##### **4.10.3. Encargos Moratórios**

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos, além da Remuneração prevista nos termos desta Escritura, à multa, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora, calculados *pro rata die*, de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.10.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item (4.10.3) acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.11. Comunicações

##### 4.11.1. Publicidade

Todos os avisos de convocação de Assembleias, atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora obriga-se a enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, na data de sua publicação, cópia de qualquer dos avisos acima referidos.

##### 4.11.2. Notificações

4.11.2.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas igualmente para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

At.: Diretor Presidente

Avenida Rangel Pestana, 300 – 3º andar

CEP: 01017-911 - São Paulo - SP

Telefone: (+55 11) 3243-2819

Fac-símile: (+55 11) 3243-2830

E-mail: [cpsecfaz@fazenda.sp.gov.br](mailto:cpsecfaz@fazenda.sp.gov.br)

para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E**

**VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

At: Gustavo Dezouart

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-100

Tel.: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: [ger3.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger3.agente@oliveiratrust.com.br); [gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br) e [scc@oliveiratrust.com.br](mailto:scc@oliveiratrust.com.br)

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 10º andar - Lado Laranja - Torre Eudoro Villela CEP: 04309-010- São Paulo - SP

Telefone: (+55 11) 5029-1910

Fac-símile: (+55 11) 5029-1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

4.11.2.2. Observado o quanto disposto no item (4.11.2.3) abaixo, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“*answer back*”), via *e-mail* ou por outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, *e-mail* ou outro meio transmissão eletrônica, ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. Os originais dos documentos enviados por meio de fac-símile ou *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

4.11.2.3. Todas as comunicações dirigidas à Emissora serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo.

4.11.2.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada por cada Parte às demais, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da ocorrência do evento.

#### **4.12. Fundo de Amortização**

4.12.1. A Emissora deverá ter constituído, em até 120 (cento e vinte) dias da data da integralização das Debêntures, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, um fundo de amortização para as Debêntures da presente Emissão (“Fundo de Amortização”), representado por todo e qualquer recurso ou aplicação financeira, mantido e/ou vinculado à conta corrente nº 118.250-1 da agência nº 1897-X, de sua titularidade, mantida junto ao Banco Centralizador, na forma do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações (“Conta Fundo de Amortização”).

4.12.2. A Emissora deverá destinar a totalidade das verbas cursadas na Conta de Recebimento para a constituição do Fundo de Amortização, até que os recursos, em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização, atinjam o valor mínimo estabelecido no item (4.12.3) abaixo.

4.12.3. Observado o disposto no item (4.14.1) abaixo, a Emissora, até o resgate integral das Debêntures, deverá manter depositados na Conta Fundo de Amortização recursos, em moeda corrente nacional e/ou aplicações financeiras vinculadas à Conta Fundo de

Amortização, em montante igual ou superior ao somatório das 3 (três) próximas parcelas de pagamento (Remuneração e amortização de principal) das Debêntures, previstas na tabela contida no “Anexo V” desta Escritura de Emissão, as quais deverão ser razoavelmente projetadas, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, até suas datas de pagamento, considerando-se as taxas de juros em vigor em cada Data de Verificação e o critério *pro-rata temporis*. Caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO verificar, em cada Data de Verificação, inclusive, o enquadramento do Fundo de Amortização, nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores, aos limites mínimos acima estabelecidos, sendo que a 1ª (primeira) verificação dar-se-á no primeiro Dia Útil imediatamente subsequente ao término do período referido no item (4.12.1) acima.

4.12.4. Caso, em qualquer Data de Verificação, inclusive, o valor mantido no Fundo de Amortização, nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores, seja inferior aos montantes mínimos definidos no item (4.12.3) acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO, agindo por conta e ordem da Emissora, deverá, até a Data de Verificação imediatamente subsequente, transferir recursos da Conta de Recebimento para a Conta Fundo de Amortização, em montante suficiente para efetuar o seu reenquadramento.

4.12.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização, no pagamento do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures e da Remuneração devidos aos titulares das Debêntures, caso, no Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento das respectivas obrigações, a Emissora não conte com recursos suficientes na Conta Banco Mandatário, necessários ao pagamento integral e tempestivo das respectivas obrigações.

4.12.6. Os recursos mantidos no Fundo de Amortização integram, de forma irrevogável e irretratável, a Garantia Real prestada em favor dos titulares das Debêntures, e deverão ser fiscalizados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, na forma dos respectivos Contratos de Garantia.

4.12.7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização, de acordo com as disposições desta Escritura de Emissão e os termos e as condições do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária.

#### **4.13. Conta de Recebimento**

4.13.1. Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, a Emissora cedeu fiduciariamente, em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, na qualidade de instituição representante da comunidade dos titulares das Debêntures, (i) os direitos de crédito de titularidade da Emissora referentes aos recursos mantidos e/ou depositados na Conta de Recebimento, para a qual serão exclusivamente transferidos os recursos arrecadados pelo Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Centralização e Repasse, decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios; e, conforme o caso, (ii) dos títulos, bens e direitos, decorrentes dos investimentos permitidos realizados com os recursos depositados na Conta de Recebimento.

4.13.2. Os recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Recebimento, integram a Garantia Real prestada em favor dos titulares das Debêntures e deverão ser fiscalizados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, na forma dos respectivos Contratos de Garantia.

4.13.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Recebimento, observados as disposições desta Escritura de Emissão e os termos e as condições do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros.

4.13.4. Observado o disposto na alínea “a”, subitem “iii” do item (4.14.1) abaixo e até a liquidação integral das obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá determinar que os recursos disponíveis na Conta de Recebimento sejam transferidos pelo Banco Centralizador para a Conta Banco Mandatário, até que o saldo da referida conta seja equivalente ao valor integral da próxima amortização do valor nominal e da Remuneração, devidas aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.13.5. Caso sejam depositados na Conta de Recebimento recursos não vinculados, direta ou indiretamente, aos Direitos Creditórios, o AGENTE FIDUCIÁRIO obriga-se a transferi-los para a Conta de Livre Movimentação, independentemente da ocorrência de qualquer evento que enseje ou possa ensejar a amortização antecipada ou o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

#### **4.14. Da Ordem de Aplicação de Recursos**

4.14.1. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios deverão ser transferidos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, agindo por conta e ordem da Emissora, observados os termos e as condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária, após seu crédito na Conta de Recebimento, observada, obrigatoriamente, a seguinte ordem de alocação:

- a) no curso ordinário da presente Emissão de Debêntures:

- i) pagamento das despesas e custos e provisionamento dos valores necessários à manutenção da boa ordem administrativa e operacional da Emissora nos próximos 12 (doze) meses, conforme evidenciado em orçamento escrito enviado pela Emissora ao AGENTE FIDUCIÁRIO com periodicidade mínima semestral, limitado a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
  - ii) depósito na Conta Fundo de Amortização no montante previsto no item (4.12.3) acima;
  - iii) no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão em face dos Debenturistas, depósito na Conta Banco Mandatário, até o montante previsto para o próximo pagamento, total ou parcial, da amortização do valor nominal e da Remuneração devidos aos titulares das Debêntures; e
  - iv) na mesma data da transferência a que se refere o item anterior, o montante eventualmente excedente, deverá ser transferido para a Emissora para pagamento das amortizações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, por meio da transferência de valores da Conta Recebimento para a Conta de Livre Movimentação;
- b) na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada e/ou Evento de Vencimento Antecipado:
- i) pagamento das despesas e custos e provisionamento dos valores necessários à manutenção da boa ordem administrativa e operacional da Emissora nos próximos 12 (doze) meses, conforme evidenciado em orçamento escrito enviado pela Emissora ao AGENTE FIDUCIÁRIO com periodicidade mínima semestral;
  - ii) pagamento, total ou parcial, do saldo do valor nominal e da Remuneração devida aos titulares das Debêntures, por meio da transferência das respectivas verbas para a Conta Banco Mandatário; e
  - iii) após o pagamento integral das Debêntures, incluindo principal e encargos, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, no pagamento das amortizações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, mediante transferência de valores da Conta Recebimento para a Conta de Livre Movimentação.

4.14.2. Independentemente da manutenção da garantia constituída sobre a Conta de Recebimento, fica desde já estabelecido que o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá direcionar os recursos depositados na Conta de Recebimento na amortização das Debêntures Subordinadas, por meio da transferência de valores da Conta Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas, desde que a Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as

suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação e nenhum Evento de Avaliação, Evento de Amortização Antecipada e/ou Evento de Vencimento Antecipado tenha ocorrido e esteja em curso.

4.14.3. Os procedimentos referentes à amortização das Debêntures Subordinadas deverão ser imediatamente interrompidos, sob pena de responsabilização da Emissora e seus administradores pelos prejuízos que vierem a causar aos titulares das Debêntures, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, Evento de Amortização Antecipada e/ou Evento de Vencimento Antecipado. Nesta hipótese, os recursos referentes ao pagamento dos Direitos Creditórios deverão ser mantidos na Conta de Recebimento à disposição do AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.14.4. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação ou um Evento de Amortização Antecipada, a Emissora poderá reiniciar os procedimentos referentes à amortização antecipada de Debêntures Subordinadas caso os titulares das Debêntures, reunidos em Assembleia, nas hipóteses e observadas todas as formalidades expressamente previstas nesta Escritura de Emissão, aprovem a retomada dos respectivos procedimentos, sempre após a realização de eventuais ajustes aos Documentos da Operação, conforme deliberado pela Emissora e os Debenturistas na referida Assembleia.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA E DO RESGATE ANTECIPADO PELA EMISSORA**

##### **5.1. Aquisição Facultativa**

A Emissora não poderá adquirir Debêntures desta Emissão em circulação.

##### **5.2. Resgate Antecipado**

As Debêntures não poderão ser antecipadamente resgatadas, ressalvado o seu resgate antecipado quando da realização do último pagamento do saldo do valor nominal das Debêntures, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou Evento de Vencimento Antecipado.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

##### **6.1. A Emissora se obriga a:**

- a) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
  - i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora; e (ii) declaração do Diretor de

Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;

- ii) cópia dos boletins de subscrição das Debêntures em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da integralização;
  - iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos ali previstos;
  - iv) cópias dos extratos das atas de todas as assembleias gerais de acionistas e reuniões do Conselho de Administração, que vierem a ser realizadas na vigência desta Emissão de Debêntures, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua realização;
  - v) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item (4.11.1);
  - vi) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
  - vii) cópia de qualquer correspondência, notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada a um evento de inadimplemento, que possa afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Debêntures, imediatamente após o seu recebimento;
  - viii) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, caso solicitados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação;
  - ix) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens (4.7) a (4.9) acima, imediatamente após a sua ocorrência; e
  - x) na mesma data em que as informações e documentos elaborados pela Agência de Classificação de Risco sejam colocados à disposição da Emissora, inclusive atualizações e súmulas, fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO as referidas informações e documentos;
- b) retransmitir, à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, em até um Dia Útil após a sua entrega, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO previsto na alínea “o” do item (7.3.1) abaixo;
- c) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;

d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como dar ao AGENTE FIDUCIÁRIO ou seus representantes previamente identificados acesso irrestrito:

- i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora;
- ii) a toda e qualquer informação referente à Emissora e seus ativos que seja necessária ao atendimento, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de suas obrigações pactuadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação; e
- iii) aos livros e aos demais registros contábeis e societários da Emissora, que venham a ser solicitados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

e) convocar a Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos do item (8.1) abaixo, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

f) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras à análise de Empresa de Auditoria Independente;

h) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos dos normativos aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e aos titulares das Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;

i) manter em adequado funcionamento estrutura para atender, de forma eficiente, os titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

k) tomar as medidas necessárias para:

- i) preservar todos seus direitos, concessões e licenças necessários para continuar conduzindo seus negócios, dentro do respectivo objeto social;
- ii) manter em boas condições os bens e ativos utilizados na condução de seus negócios; e
- iii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras;

- l) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO e a entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- m) informar imediatamente à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures;
- n) informar à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento de toda e qualquer Remuneração referente às Debêntures;
- o) promover a atualização, no mínimo, anual da classificação de risco das Debêntures pela respectiva Agência de Classificação de Risco;
- p) encaminhar, imediatamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgar, na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório contendo o resultado dos procedimentos referidos na alínea “o” acima;
- q) encaminhar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, sempre que solicitado e na forma e nas datas previstas nos respectivos Documentos da Operação, as informações sobre a carteira de Direitos Creditórios que compõem a Garantia Real;
- r) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- s) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- t) manter os documentos mencionados na alínea “s” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- u) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM nº 358/02”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- v) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita;
- w) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- x) realizar, às suas expensas, por meio da contratação de Empresa de Auditoria Independente, no mínimo, semestralmente, testes estatísticos de forma a verificar que a consistência das informações periódicas encaminhadas à Emissora e ao AGENTE

FIDUCIÁRIO nos termos do Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e dos demais Documentos da Operação, devendo o primeiro teste ser realizado até 6 (seis) meses contados da data de subscrição das Debêntures; e

y) realizar, às suas expensas, por meio da contratação de Empresa de Auditoria Independente, no mínimo, semestralmente, testes estatísticos, de forma a verificar o cumprimento pelos signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações, devendo o primeiro teste ser realizado até 6 (seis) meses contados da data de subscrição das Debêntures.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **7.1. Nomeação**

7.1.1. A Emissora constitui e nomeia como AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão objeto da presente Escritura de Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.1.2. O exercício permanente da função de AGENTE FIDUCIÁRIO desta Emissão é privativo de instituição financeira.

### **7.2. Substituição**

7.2.1. Nas hipóteses de impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro evento de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia de Debenturistas para a deliberação sobre a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

7.2.2. Caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, bem como nas hipóteses previstas no item (7.2.1) acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comunicar imediatamente tal fato aos titulares das Debêntures, pedindo sua substituição.

7.2.3. Fica facultado aos titulares das Debêntures, após encerrada a distribuição, proceder a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e a indicação de seu substituto em Assembleia de Debenturistas convocada para este fim, na forma prevista na Instrução CVM nº 28/83.

7.2.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser averbado no registro de comércio onde se encontrar registrada a presente Escritura de Emissão.

7.2.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício das mesmas até sua efetiva substituição.

7.2.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, se substituído nos termos deste item (7.2), sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do AGENTE FIDUCIÁRIO substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.

7.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.

### **7.3. Deveres**

7.3.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão, que lhe impeça o exercício de suas funções;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sendo que, nesta hipótese, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.5.1.1. Os impostos e contribuições incidentes sobre os honorários (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS) serão de responsabilidade do AGENTE FIDUCIÁRIO pelas alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

7.5.1.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de “reestruturação das condições” das Debêntures, serão devidas ao AGENTE FIDUCIÁRIO, em adição à remuneração e demais valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, o valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por homem-hora de trabalho dedicado (i) à execução das garantias, (ii) comparecimento a reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas, e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos. Os valores acima deverão ser pagos ao AGENTE FIDUCIÁRIO no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de relatório pormenorizado contendo descrição e tempo despendido pelos representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO com cada tarefa. Entende-se por “reestruturação das condições” das Debêntures eventos relacionados à alteração ou modificação (i) das garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições vinculadas ao vencimento antecipado dos títulos.

7.5.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o AGENTE FIDUCIÁRIO fará *jus* somente à remuneração a este devida, calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que efetivamente este faz *jus*, atualizada com base na variação percentual acumulada do IPC, desde o pagamento antecipado até a data da efetiva devolução dos valores.

7.5.3. A remuneração devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO nos termos deste item (7.5) será atualizada anualmente ou na menor periodicidade admitida em lei, a partir da Data de Emissão, com base na variação percentual acumulada do IPC, ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

7.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora, na forma definida para as obrigações da Emissora nesta Escritura de Emissão.

## 7.6. Despesas

A Emissora ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos.

7.6.1. O ressarcimento que se refere o item (7.6.1) acima será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.6.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas comprovadas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures deverão ser por estes previamente aprovadas em Assembleia e adiantadas pelos titulares das Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures incluem, também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas processuais e taxas judiciais de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures, desde que devidamente comprovadas, razoáveis e em conformidade com as melhores práticas de mercado e nos limites necessários para a preservação dos direitos dos Debenturistas, observados os limites constantes no itens (7.6.5) e (7.6.6). Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

7.6.3. As despesas referidas no item (7.6.3) acima compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) emissão de certidões;
- c) custos incorridos no transporte de representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite definido com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures; e
- d) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, desde que necessários à defesa dos interesses dos titulares das Debêntures.

7.6.4. O ressarcimento pela Emissora na forma da lei, das despesas a serem adiantadas pelos titulares das Debêntures em relação ao pagamento de honorários advocatícios de terceiros de que trata o item (7.6.3), estarão limitadas ao valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), exceto na condição de aprovação pelos titulares das Debêntures com a anuência da Emissora, de contratação por meio de processo de escolha de proposta de menor valor dentre no mínimo 3 (três) propostas de escritórios com notória especialização para prestação dos serviços citados, em conformidade com as melhores práticas de mercado, em preços razoáveis a critério dos Debenturistas, e nos limites necessários à preservação dos direitos dos Debenturistas.

7.6.5. As despesas com depósitos judiciais, custas processuais, taxas judiciárias e emolumentos em geral de que trata o item (7.6.3) e as despesas de que trata o item (7.6.4) estarão limitadas ao valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Para realização de despesas com valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), inclusive das despesas de que trata o item (7.6.5) acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá solicitar autorização prévia à Emissora, justificando sua necessidade e razoabilidade, a qual não poderá negá-la sem motivo justificado. No caso de a negativa da Emissora ser considerada injustificada, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá ainda realizar a despesa com recursos recolhidos dos Debenturistas e cobrar judicialmente da Emissora o respectivo reembolso.

7.6.6. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o AGENTE FIDUCIÁRIO em razão de ações realizadas no exercício de suas atribuições, serão igualmente suportadas pelos titulares das Debêntures. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do AGENTE FIDUCIÁRIO e deverão ser igualmente adiantados pelos titulares das Debêntures.

7.6.7. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger os direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures, que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS**

### **8.1. Convocação**

A assembleia dos Debenturistas (“Assembleia de Debenturistas” ou “Assembleia”) pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela Emissora, por titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

### **8.2. Quorum de Instalação**

A Assembleia se instalará, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de titulares das Debêntures que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número de titulares das Debêntures.

### **8.3. Mesa Diretora**

A presidência da Assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### **8.4. Quorum de Deliberação**

8.4.1. Nas deliberações da Assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Toda matéria objeto de deliberação em Assembleia de Debenturistas deverá ser aprovada por Debenturistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação,

à exceção (i) do disposto nos itens (4.7.4), (4.8.4) e (7.4.2) acima; e (ii) de qualquer alteração às condições das Debêntures e da Garantia Real, definidas na Cláusula Quarta supra, a qual deverá ser aprovada por Debenturistas titulares de, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.4.2. Serão excluídas, nas Assembleias de Debenturistas, do *quorum* de deliberação, as Debêntures em tesouraria da Emissora e de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, do Estado, e de seus prepostos, diretores, conselheiros ou administradores, incluindo as respectivas sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

8.4.3. As alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições previstas no item (8.4.1) acima, deverão ser aprovadas, em qualquer convocação, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

## CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

### 9.1. Declarações e Garantias do AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à Emissora que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas de lei, conforme estabelecido no § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e nas demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e as atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) está ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e pela CVM
- e) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora, sendo certo que o AGENTE FIDUCIÁRIO não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas;
- f) na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verificou que as Garantias Reais são suficientes, porém, somente estarão constituídas após os devidos registros previstos no item (2.4.1) da Cláusula Segunda, sendo certo que a execução da referida garantia sujeita-se aos riscos indicados no item (3.9) da Cláusula Terceira;
- g) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO comparece como parte ou

interveniente, e a cumprir com suas obrigações previstas demais as nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

h) a celebração desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO comparece como parte ou interveniente, e o cumprimento de suas obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

i) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO comparece como parte ou interveniente, constituem uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições; e

j) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.

## **9.2. Declarações e Garantias da Emissora**

9.2.1. A Emissora declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

b) a celebração desta Escritura e os demais Documentos da Operação e o cumprimento das obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelo Estado;

c) esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Operação constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

d) o material de “marketing” relativo à Emissão das Debêntures contém todas as informações relevantes em relação à Emissora e ao Estado no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

e) a celebração da Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou o Estado sejam parte, nem irá resultar em:

- i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; e
  - ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles relativos à Garantia Real, ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- f) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de setembro de 2011, representam corretamente a posição financeira da Emissora em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- h) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- i) com exceção da Denúncia ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (“TCESP”), promovida por Antonio Mentor de Mello Sobrinho, datada de 20 de abril de 2010, protocolada no TCESP – Sede em 24 de abril de 2010, sob o nº TC-16069/026/10v e da Representação datada de 20 de abril de 2010, promovida pelo Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores – PT na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Sr. Antonio Mentor de Mello Sobrinho, protocolada no Ministério Público do Estado de São Paulo sob o nº 0052638/10 em 26 de abril de 2010, nesta data a Emissora desconhece a existência de outras pendências judiciais, administrativas ou arbitrais de qualquer natureza que, no entendimento da Emissora, possam afetar negativamente e de forma relevante o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e pelo Estado nos Documentos da Operação; e
- j) não ter conhecimento de fato que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer, plenamente, suas funções, nos termos do § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e das demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

9.2.2. A Emissora obriga-se a informar imediatamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO caso qualquer das declarações acima prestadas deixe de ser verdadeira. As declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão subsistirão até o pagamento integral das Debêntures. Fica a Emissora responsável por eventuais prejuízos que decorram da falsidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo de configurar a ocorrência de um vencimento antecipado das Debêntures, observado os prazos para purgação da mora previstos na Escritura de Emissão, e, consequentemente, ensejar, de pleno direito, a execução das garantias constituídas por meio dos Contratos de Garantia.

## CLÁUSULA DEZ - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso. A nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas contratuais aqui previstas não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e disposições aplicáveis.

### 10.2. Solução de Disputas e Lei Aplicável

10.2.1. Fica eleito o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão.

10.2.2. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas pelas Partes nos Documentos da Operação, cada uma das Partes reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Escritura de Emissão, assim como a caracterização do dano iminente para os Debenturistas, na hipótese do descumprimento de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão.

10.2.3. Esta Escritura de Emissão será regida e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

E, por estarem justas e acordadas, assinam as Partes a presente Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

São Paulo, 01 de março de 2012.

## **Anexo I**

### **Termos Definidos**

Os termos e as expressões adotados nesta Escritura de Emissão, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles abaixo atribuídos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural:

- 1) “ADCT”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.9) desta Escritura;
- 2) “Aditamento”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.5.1) desta Escritura;
- 3) “AGE”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Primeira desta Escritura;
- 4) “AGE de Rerratificação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Primeira desta Escritura;
- 5) “Agência de Classificação de Risco”: significa a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor’s), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.585/0001-40;
- 6) “Agente” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos, mandatários de qualquer pessoa, de direito público ou privado, servidores do Estado e seus respectivos órgãos, que tenha(m) sido expressamente autorizado(s), por contrato ou lei, a atuar em nome da referida pessoa;
- 7) “AGENTE FIDUCIÁRIO”: tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- 8) “ANBIMA” significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- 9) “Anistia”: significa perdão da sanção decorrente de infração à legislação tributária, concedido por meio de expressa autorização da legislação pertinente e reconhecida como aplicável pelo Estado;
- 10) “Assembleia de Debenturistas” ou “Assembleia”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) desta Escritura;
- 11) “Banco Centralizador”: significa o Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, Setor Bancário Sul, Quadra I, Bloco C, Edifício Sede III, 24º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, ou seu sucessor na qualidade de agente financeiro do Tesouro do Estado de São Paulo;
- 12) “Banco Mandatário e Escriturador”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.7.1) desta Escritura;

- 13) “Bancos Arrecadadores”: significa, isoladamente ou em conjunto, o (i) Banco Centralizador, (ii) cada uma das demais instituições financeiras perfiladas no “Anexo VI” desta Escritura de Emissão; e (c) outras instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores de recursos do Estado nos termos da Resolução;
- 14) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1”: significa o documento preparado substancialmente na forma do “anexo II – A” do Contrato de Cessão;
- 15) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2”: significa o documento preparado substancialmente na forma do “anexo II – B” do Contrato de Cessão;
- 16) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3”: significa o documento preparado substancialmente na forma do “anexo II – C” do Contrato de Cessão;
- 17) “Boletim de Subscrição”: significa o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2 e/ou o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3;
- 18) “Carta de Ciência”: significa o documento preparado substancialmente na forma do “anexo III” do Contrato de Cessão, a ser firmado por cada um dos Bancos Arrecadadores, presentes e futuros;
- 19) “CD-R”: significa os exemplares de CD-R entregues ao Banco Centralizador pelo Estado, nos termos do Contrato de Cessão, devidamente numerados, identificados e sem possibilidade de editoração, contendo informações que permitam a individualização e a identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos Creditórios cedidos pelo Estado à Emissora nos termos de cada Boletim de Subscrição e do Termo de Cessão e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios;
- 20) “CETIP”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.5.1) desta Escritura;
- 21) “CF”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil;
- 22) “Cláusula”: significa qualquer cláusula desta Escritura de Emissão;
- 23) “CNPJ”: significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- 24) “Código Criptografado”: significa o código fornecido pelo Estado por meio do qual será identificado cada Parcelamento;
- 25) “Conta Banco Mandatário”: significa a conta corrente nº 02045-5, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0057 do Banco Centralizador ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;

- 26) “Conta de Livre Movimentação”: significa a conta corrente nº 116.250-0, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco Centralizador ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, ao AGENTE FIDUCIÁRIO pela Emissora;
- 27) “Conta de Recebimento”: significa a conta corrente nº 8.250-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco Centralizador ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;
- 28) “Conta Fundo de Amortização”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.12.1) desta Escritura;
- 29) “Contas Vinculadas”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “b” do item (4.1.10.1) desta Escritura;
- 30) “Contrato de Arrecadação”: significa cada um dos instrumentos jurídicos celebrados com cada um dos Bancos Arrecadadores, nos termos da Resolução, incluindo as respectivas Cartas de Ciência;
- 31) “Contrato de Centralização e Repasse de Recursos”: significa o “Contrato de Centralização e Repasse de Recursos”, a ser celebrado, entre o Estado e o Banco Centralizador, com anuência e interveniência da Emissora;
- 32) “Contrato de Cessão”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado em 01 de março de 2012;
- 33) “Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros”: significa o “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Bens e Ativos Financeiros em Garantia”, celebrado em 01 de março de 2012 e seus respectivos anexos, por meio do qual são cedidos fiduciariamente, em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO, os investimentos realizados com os recursos depositados em cada uma das Contas Vinculadas;
- 34) “Contrato de Distribuição”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.5.1) desta Escritura;
- 35) “Contrato de Garantia”: significa, em conjunto ou isoladamente, o Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária e o Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros e seus respectivos anexos;
- 36) “Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, celebrado em 01 de março de 2012 e seus respectivos anexos;

- 37) “Contratos de Financiamento Relevantes”: significa a lista de contratos perfilados no “anexo I” da declaração prestada pelo Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, preparada substancialmente na forma do “anexo XII” do Contrato de Cessão;
- 38) “Contribuinte”: significa cada Pessoa específica responsável pelo pagamento de créditos tributários, nos termos da legislação aplicável, cujos Direitos Creditórios foram cedidos à Emissora ao amparo do Contrato de Cessão;
- 39) “Coordenador Líder”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1.1) desta Escritura;
- 40) “Coordenadores”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1.1) desta Escritura;
- 41) “CVM”: significa a Comissão de Valores Mobiliários;
- 42) “Data de Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.5) desta Escritura;
- 43) “Data de Verificação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.10.2) desta Escritura;
- 44) “Data de Vencimento”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.6) desta Escritura;
- 45) “Debêntures”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Segunda desta Escritura;
- 46) “Debêntures Subordinadas”: significa, em conjunto ou isoladamente, as debêntures subordinadas de emissão privada da Emissora, emitidas nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas;
- 47) “Debenturista”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.8) desta Escritura;
- 48) “Decreto Estadual nº 51.960” significa o Decreto Estadual nº 51.960, de 4 de julho de 2007, conforme alterado;
- 49) “Decreto 55.300”: significa o Decreto nº 55.300, de 30 de dezembro de 2009, conforme alterado;
- 50) “Dia Útil”: significa segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
- 51) “Direitos Creditórios”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “a” do item (4.1.10.1) desta Escritura;
- 52) “Direitos Creditórios Excluídos”: significa, com referência a cada Parcelamento, (A) a parcela correspondente a 26% (vinte e seis por cento) do somatório do Fluxo

financeiro correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento Vigente de cada Parcelamento, cedidos pelo Estado à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão, conforme relacionados em anexos específicos: (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios, que compreende a Verba Honorária e a Quota Parte dos Municípios; e (B) o que exceder o somatório da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor dos Parcelamentos Rompidos do respectivo Parcelamento;

- 53) “Documentos da Distribuição”: significa os documentos e materiais, em qualquer meio, utilizados no processo de distribuição das Debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476/09;
- 54) “Documentos da Operação”: significa, incluindo seus respectivos anexos e aditamentos, (i) o Contrato de Cessão; (ii) o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (iii) o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iv) Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; (v) o Termo de Cessão de Direitos Creditórios; (vi) esta Escritura de Emissão; (vii) a Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas; (viii) o Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária; (ix) o Contrato de Centralização e Repasse; (x) cada Contrato de Arrecadação; (xi) o Contrato de Distribuição; (xii) os Documentos da Distribuição; (xiii) cada Carta de Ciência; e (xiv) o Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros;
- 55) “EC 62”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.9) desta Escritura;
- 56) “Empresa de Auditoria Independente”: significa qualquer empresa de auditoria registrada na CVM, sendo certo que, no caso de qualquer empresa deixar de ter registro na CVM de auditor independente, será considerada automaticamente impedida de atuar como uma Empresa de Auditoria Independente para fins desta Escritura de Emissão;
- 57) “Emissão”: significa a emissão de Debêntures objeto desta Escritura de Emissão;
- 58) “Emissora”: tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- 59) “Escritura de Emissão” ou “Escritura”: tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- 60) “Escritura de Emissão de Debêntures Subordinadas”: significa o “Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização” celebrado em 03 de dezembro de 2010 pela Emissora, devidamente inscrita na JUCESP sob o nº 2.100.605/10-0, a ser aditada pelo 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização, Celebrado em 01

de Dezembro de 2010 previamente à subscrição e integralização das Debêntures até a subscrição;

- 61) “Escriturador”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.7.1) desta Escritura
- 62) “Estado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.1) desta Escritura;
- 63) “Eventos de Indenização”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.9) desta Escritura;
- 64) “Eventos de Amortização Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.8.1) desta Escritura;
- 65) “Eventos de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.7.1) desta Escritura;
- 66) “Eventos de Vencimento Antecipado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.1) desta Escritura;
- 67) “Formulário de Referência” significa o documento preparado pela Emissora e arquivado na CVM, nos termos do Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada;
- 68) “Fundo de Amortização”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.12.1) desta Escritura;
- 69) “Garantia Real”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.10.1) desta Escritura;
- 70) “GARE”: significa o documento de arrecadação das receitas estaduais, preparado na forma do “anexo VI” do Contrato de Cessão;
- 71) “IC” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.10.6) da Cláusula Quarta desta Escritura;
- 72) “ICMS”: significa o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, de competência dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do artigo 155, inciso II, da CF, disciplinado pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e alterações posteriores, e instituído pela Lei Estadual nº 6.374, de 1º de março de 1989, e alterações posteriores;
- 73) “IGR”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.10.2) desta Escritura;
- 74) “Instituições Autorizadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.10.9) desta Escritura;

- 75) “Instrução CVM nº 28/83”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.9.2) desta Escritura;
- 76) “Instrução CVM nº 358/02”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “e” do item (6.1) desta Escritura;
- 77) “Instrução CVM nº 400/03”: significa a Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- 78) “Instrução CVM nº 476/09”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1.1) desta Escritura;
- 79) “Investidores Qualificados”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.5.2) desta Escritura;
- 80) “IPC”: significa o Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas;
- 81) “JUCESP”: significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- 82) “Lei nº 4.728/65” significa a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada;
- 83) “Lei nº 9.514/97” significa a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada;
- 84) “Lei Autorizativa”: significa a Lei nº 13.723, de 29 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, publicada no Diário Oficial de São Paulo, de 30 de setembro de 2009, na Seção I;
- 85) “Lei das Sociedades por Ações” tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Primeira desta Escritura;
- 86) “Oferta Restrita”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1.1) desta Escritura;
- 87) “Partes”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura de Emissão;
- 88) “Parcelamento”: significa o parcelamento, celebrado no âmbito do PPI, cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2006;
- 89) “Parcelamento Rompido”: significa cada Parcelamento relacionado em anexos específicos (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios, considerado

rompido pelo Estado, nos termos do Decreto Estadual nº 51.960, após a celebração de cada um dos instrumentos jurídicos acima referidos;

- 90) “Período de Capitalização” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.3) desta Escritura de Emissão;
- 91) “Pessoa”: significa qualquer pessoa natural, jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal ou estadual, direta ou indireta, qualquer modalidade de condomínio e/ou de fundo de investimento;
- 92) “PGE”: significa a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- 93) “PPI”: significa o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pelo Decreto Estadual nº 51.960;
- 94) “Precatórios Vencidos”: tem o significado que lhe é atribuído no item (3.9) desta Escritura;
- 95) “PRODESP”: significa a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, sociedade por ações, criada pelo Decreto Lei nº 137, de 24 de julho de 1969, e suas alterações posteriores, inscrita no CNPJ sob o nº 62.577.929/0001-35, a qual é responsável pelo processamento das informações referentes ao PPI, incluindo, sem limitação, aquelas relativas ao recebimento de valores, baixa e Rompimento dos Parcelamentos, as quais são regularmente utilizadas pela PGE e pela SEFAZ;
- 96) “Processo de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Estado cede Direitos Creditórios à Emissora e a Emissora emite as Debêntures e as Debêntures Subordinadas;
- 97) “Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido”: significa, com referência a cada Parcelamento, o valor determinado correspondente à parcela de 74% (setenta e quatro por cento) do somatório do valor de todas as parcelas vencidas e vincendas de cada Parcelamento, conforme relacionados em anexos específicos (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos, no momento imediatamente anterior ao Rompimento, compreendendo o valor do principal, juros calculados na forma prevista em lei e os acréscimos previstos no Decreto Estadual nº 51.960, que continuarão incidindo *pro-forma*, observado o critério *pro-rata temporis*, sobre o valor da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido do respectivo Parcelamento, após o Rompimento do Parcelamento e até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios pelo Contribuinte;

- 98) “Quota Parte dos Municípios”: significa a quota parte de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICMS, pertencente aos municípios, conforme o disposto no inciso IV do artigo 158 da CF;
- 99) “RCA”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Primeira desta Escritura;
- 100) “RCA de Rerratificação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Primeira desta Escritura;
- 101) “Relatório Gerencial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.1.10.2) desta Escritura;
- 102) “Remissão” significa o perdão da dívida tributária, concedido por meio de expressa autorização da legislação pertinente e reconhecida como aplicável pelo Estado;
- 103) “Remuneração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.3) desta Escritura;
- 104) “Resolução”: significa a Resolução SF-40, de 11 de dezembro de 2006, a Resolução SF-45, de 15 de agosto de 2007, a Resolução SF- 80, de 02 de dezembro de 2011, e suas respectivas alterações posteriores;
- 105) “Rompimento”: significa o rompimento de qualquer Parcelamento, nos termos do Decreto Estadual nº 51.960, relacionado em anexo específico (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios, após a celebração de cada um dos instrumentos jurídicos acima referidos;
- 106) “Saldo Devedor do Parcelamento Vigente”: significa o somatório do valor de todas as parcelas de cada Parcelamento em vigor, cujo fluxo financeiro foi cedido pelo Estado à Emitente, nos termos do Contrato de Cessão, conforme evidenciado em anexos específicos: (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios, compreendendo o valor do principal do tributo, os juros calculados pela taxa SELIC e os acréscimos previstos no Decreto Estadual nº 51.960, para o caso de pagamento de parcelas em atraso antes de ocorrer o Rompimento;
- 107) “SEFAZ”: significa a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo;
- 108) “SDT”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.5.1) desta Escritura;
- 109) “SND”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.5.1) desta Escritura;
- 110) “Spread”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.3.3) desta Escritura;

- 111) “Subperíodo de Capitalização” tem o significado que lhe é atribuído no item (4.3) desta Escritura de Emissão;
- 112) “Taxa DI”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.3) desta Escritura;
- 113) “TCESP”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “i” do item (9.2.1) desta Escritura;
- 114) “Termo de Adesão” significa o instrumento jurídico por meio do qual o Coordenador Líder contrata outras instituições integrantes do sistema de distribuição para participar do processo de distribuição das Debêntures;
- 115) “Termo de Cessão de Direitos Creditórios”: significa o documento celebrado entre o Estado e a Emissora, por meio da qual a Emissora adquire Direitos Creditórios do Estado, nos termos do Contrato de Cessão, utilizando-se de recursos decorrentes da emissão das Debêntures;
- 116) “Termo de Cessão Fiduciária”: significa o documento preparado substancialmente na forma do “anexo III” do Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária;
- 117) “TJSP” tem o significado que lhe é atribuído no item (3.9) desta Escritura; e
- 118) “Verba Honorária”: significa a verba honorária devida em qualquer percentual à Procuradoria Geral do Estado, de que trata o artigo 55 da Lei Complementar nº 93, de 28 de maio de 1974, e suas alterações posteriores.

## Anexo II Lei Autorizativa

### **LEI Nº 13.723, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009**

Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, na forma que especifica

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, a título oneroso, à sociedade de propósito específico a que se refere o artigo 8º desta lei, ou à Companhia Paulista de Parcerias - CPP, ou, ainda, a fundo de investimento em direitos creditórios, constituído de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ao Imposto de Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, às taxas de qualquer espécie e origem, às multas administrativas de natureza não tributária, às multas contratuais, aos ressarcimentos e às restituições e indenizações.

§1º - A cessão compreende apenas o direito autônomo ao recebimento do crédito e somente poderá recair sobre o produto de créditos tributários cujo fato gerador já tenha ocorrido e de créditos não tributários vencidos, efetivamente constituídos e inscritos na dívida ativa do Estado ou reconhecidos pelo contribuinte ou devedor mediante a formalização de parcelamento.

§ 2º - Na hipótese de cessão a fundo de investimento em direitos creditórios, este deverá ser instituído e administrado pelo agente financeiro do Tesouro.

Artigo 2º - A cessão de que trata o artigo 1º não modifica a natureza do crédito que originou o direito creditório objeto da cessão, o qual mantém suas garantias e privilégios, não altera as condições de pagamento, critérios de atualização e data de vencimento, não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos originadores, que permanece com a Procuradoria Geral do Estado, e não compreende a parcela de que trata o artigo 55 da Lei Complementar nº 93, de 28 de maio de 1974, com alterações posteriores.

Artigo 3º - Para os fins desta lei, o valor mínimo da cessão não poderá ser inferior ao do saldo atualizado do parcelamento, excluídos juros e demais acréscimos financeiros incidentes sobre as parcelas vincendas.

Artigo 4º - O cessionário não poderá efetuar nova cessão dos direitos creditórios cedidos na forma desta lei, salvo anuência expressa do Estado.

Artigo 5º - A cessão dos direitos creditórios originados de créditos tributários será sempre parcial, ficando excluída a parcela pertencente aos Municípios, nos termos do disposto nos incisos III e IV do artigo 158 e no artigo 159 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Os Municípios continuarão a receber os recursos que trata o "caput" deste artigo nos prazos e percentuais previstos na legislação de regência, no momento da concretização dos respectivos pagamentos pelos contribuintes, o mesmo ocorrendo

em relação às demais receitas vinculadas, em conformidade com as disposições da Constituição Federal e da Constituição do Estado.

Artigo 6º - A cessão deverá ser disciplinada em instrumento específico, com individualização dos direitos creditórios cedidos, aplicando-se, no que couber, os dispositivos pertinentes do Código Civil, instituído pela Lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

Parágrafo único - A cessão far-se-á em caráter definitivo, sem assunção, pelo Estado, perante o cessionário, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa, nos termos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, caracterizar operação de crédito.

Artigo 7º - Nos procedimentos necessários à formalização da cessão prevista no artigo 1º desta lei, o Estado preservará o sigilo relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do contribuinte, do devedor ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos respectivos negócios ou atividades.

Artigo 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a constituir sociedade de propósito específico, sob a forma de sociedade por ações com a maioria absoluta do capital votante detida pelo Estado, vinculada à Secretaria da Fazenda, tendo por objeto social a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos direitos creditórios a que se refere o artigo 1º desta lei.

Parágrafo único - A sociedade de propósito específico a que se refere o "caput" deste artigo não poderá receber, do Estado, recursos financeiros para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral, a fim de não se caracterizar como empresa dependente do Tesouro, nos termos da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura do capital social da sociedade de propósito específico mencionada no artigo 8º desta lei, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários, desde que mantida, em caráter incondicional, a maioria absoluta do respectivo capital votante.

Artigo 10 - Não serão considerados rompidos os acordos de parcelamento firmados no âmbito do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI ICM/ICMS no Estado de São Paulo, para a liquidação de débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o ICMS, desde que as parcelas vencidas e não pagas até 30 de setembro de 2009 sejam repactuadas até 31 de março de 2010, nos termos e condições previstos em regulamento.

Artigo 11 - Para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados à integralização do capital social da sociedade por ações mencionada no artigo 8º.

Parágrafo único - O valor do crédito especial a que se refere este artigo será coberto na forma prevista no § 1º do artigo 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 29 de setembro de 2009

JOSÉ SERRA

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Francisco Vidal Luna

Secretário de Economia e Planejamento

Aloysio Nunes Ferreira Filho

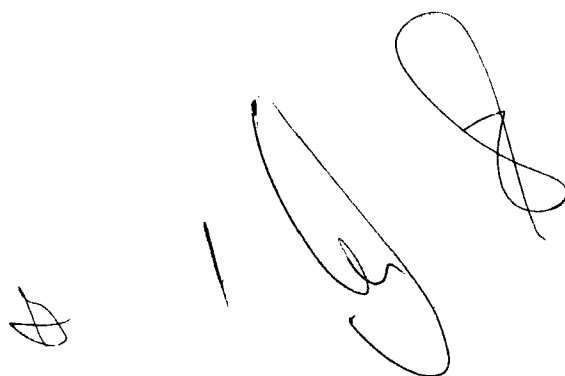
Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 29  
de setembro de 2009.

*Fonte: D.O.E, Caderno Executivo I, de 30/09/2009*

**Anexo III**  
**Aditamento à Escritura de Emissão**

**[ANEXO INTENCIONALMENTE ELIMINADO]**

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

**Anexo IV**  
**Relatório Gerencial**

Relatório de Cessão (a ser elaborado durante o prazo da operação por solicitação dos Credores/Agente Fiduciário)										
Nº de Ordem:	Nº do Contribuinte no PPI:	Nº de Parcelas do PPI total	Nº de Parcelas Vincendas e não pagas	Data de Vencimento (1ª Parcela Cedida)	Data de Vencimento (Última Parcela Cedida)	Valor Atual do Principal da Parcela-R\$	Valor Atual dos Encargos da Parcela-R\$	Valor Total da Parcela-R\$ = f+g	Valor Total Atual das Parcelas Cedidas - R\$ = h x c	Status do PPI (ativo, rompido, repactuado, quitado)
	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
5	500	9	1	04/06/2010	04/02/2011	R\$ 2.600,00	R\$ 520,00	R\$ 3.120,00	R\$ 3.120,00	ATIVO
9	900	9	7	04/06/2010	04/02/2011	R\$ 3.200,00	R\$ 640,00	R\$ 3.840,00	R\$ 26.880,00	ATIVO
Sub Total PPIs Ativos						R\$ 5.800,00	R\$ 1.160,00	R\$ 6.960,00	R\$ 30.000,00	
1	100	4	0	04/06/2010	04/09/2010	R\$ 2.000,00	R\$ 400,00	R\$ 2.400,00	R\$ -	QUITADO
2	200	4	0	04/06/2010	04/09/2010	R\$ 2.150,00	R\$ 430,00	R\$ 2.580,00	R\$ -	QUITADO
3	300	5	0	04/06/2010	04/10/2010	R\$ 2.300,00	R\$ 460,00	R\$ 2.760,00	R\$ -	QUITADO
6	600	7	0	04/06/2010	04/12/2010	R\$ 2.750,00	R\$ 550,00	R\$ 3.300,00	R\$ -	QUITADO
7	700	7	0	04/06/2010	04/12/2010	R\$ 2.900,00	R\$ 580,00	R\$ 3.480,00	R\$ -	QUITADO
8	800	8	0	04/06/2010	04/01/2011	R\$ 3.050,00	R\$ 610,00	R\$ 3.660,00	R\$ -	QUITADO
Sub Total PPIs Quitados						R\$ 12.100,00	R\$ 2.420,00	R\$ 14.520,00	R\$ -	
10	1000	10	8	04/06/2010	04/03/2011	R\$ 3.350,00	R\$ 670,00	R\$ 4.020,00	R\$ 32.160,00	ROMPIDO
Sub Total PPIs Rompidos						R\$ 3.350,00	R\$ 670,00	R\$ 4.020,00	R\$ 32.160,00	
4	400	9	1	04/06/2010	04/02/2011	R\$ 2.450,00	R\$ 490,00	R\$ 2.940,00	R\$ 2.940,00	REPACTUADO
Sub Total Repactuados						R\$ 2.450,00	R\$ 490,00	R\$ 2.940,00	R\$ 2.940,00	
Total Geral = Total de PPI's Cedidos									R\$ 65.100,00	

### Relatório Gerencial

Quanto às informações referentes ao mês imediatamente anterior, que devem ser enviadas até o dia [●] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Saldo Atualizado da carteira de Direitos Creditórios apurado para o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior, discriminada:	
carteira ativa	R\$
carteira de créditos rompidos (créditos que estão em processamento pelo Estado por qualquer motivo)	R\$
Valor dos Direitos Creditórios pagos no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
Valor dos Direitos Creditórios em atraso, a mais de 30 dias e cujo rompimento ainda não tenha ocorrido no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
Valor dos Direitos Creditórios em atraso, a mais de 60 dias e cujo rompimento ainda não tenha ocorrido no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
Valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tenha sido resolvida(rompimento) no mês calendário imediatamente anterior:	R\$

Quanto às informações referentes ao mês em questão, que devem ser enviadas até o dia [●] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Valor dos Direitos Creditórios cuja data de vencimento ocorra no mês calendário do relatório: (valor esperado para os recebimentos de Direitos Creditórios para o mês calendário do relatório);	R\$
Valor dos Direitos Créditórios Repactuados/Novados, devolvidos a carteira ativa:	R\$

02/00

A

1

## Anexo V

### Cronograma de Amortização

Debênture Sênior		
PMT	Datas	% Amortização Sobre o
0	01/03/2012	Saldo do Valor Nominal
	30/03/2012	0,0000%
	30/04/2012	0,0000%
1	30/05/2012	1,8827%
2	29/06/2012	1,8994%
3	31/07/2012	2,0545%
4	31/08/2012	1,9666%
5	28/09/2012	2,1125%
6	31/10/2012	2,2215%
7	30/11/2012	2,1986%
8	31/12/2012	2,2984%
9	31/01/2013	2,3250%
10	28/02/2013	2,4718%
11	28/03/2013	2,4400%
12	30/04/2013	2,5102%
13	31/05/2013	2,5778%
14	28/06/2013	2,4442%
15	31/07/2013	2,7509%
16	30/08/2013	2,7453%
17	30/09/2013	2,9352%
18	31/10/2013	2,9898%
19	29/11/2013	3,1074%
20	31/12/2013	3,3845%
21	31/01/2014	3,3826%
22	28/02/2014	3,5660%
23	31/03/2014	3,8136%
24	30/04/2014	3,9401%
25	30/05/2014	4,0991%
26	30/06/2014	4,3754%
27	31/07/2014	4,4992%
28	29/08/2014	4,7205%
29	30/09/2014	5,1427%
30	31/10/2014	5,4166%
31	28/11/2014	5,7628%
32	31/12/2014	6,2880%
33	30/01/2015	6,6640%
34	27/02/2015	7,3694%
35	31/03/2015	7,9891%
36	30/04/2015	8,6928%
37	29/05/2015	9,6031%
38	30/06/2015	10,7869%
39	31/07/2015	12,1203%
40	31/08/2015	13,8362%
41	30/09/2015	16,2515%
42	30/10/2015	19,5944%
43	30/11/2015	24,6872%
44	31/12/2015	33,0688%
45	29/01/2016	49,8136%
46	29/02/2016	100,0000%

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

**Anexo VI**  
**Bancos Arrecadadores”**

Nome da Instituição Financeira	CNPJ
HSBC BANK BRASIL S.A. – Banco Múltiplo	01.701.201/0001-89
Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91
Banco Santander (Brasil) S.A.	90.400.888/0001-42
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-40
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12
Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04
Banco Safra S.A.	58.160.789/0001-28
Banco Mercantil do Brasil S.A.	17.184.037/0001-10

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is fluid and cursive, with a prominent loop and a long, sweeping tail.

36. O presente Aditamento será inscrito na JUCESP, onde foi inscrita a Escritura de Emissão, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

37. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.


São Paulo, 23 de abril de 2012.

[REstante desta página intencionalmente deixado em branco]

*Página de assinaturas 01 de 03 do 1º Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização, celebrado em 23 de abril de 2012*

**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

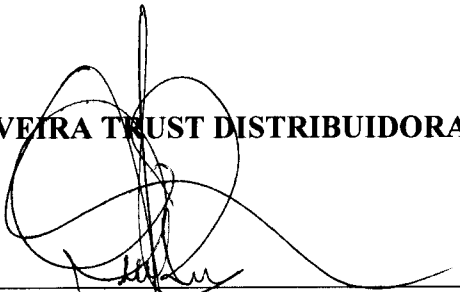
  
Nome: **JORGE LUIZ AVILA DA SILVA**  
Cargo: **Companhia Paulista de Securitização - CPSEC**  
**Diretor Presidente**

  
Nome: **MAX FREDDY FRAUENDORF**  
Cargo: **Companhia Paulista de Securitização - CPSEC**  
**Diretor**

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

*Página de assinaturas 02 de 03 do 1º Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização, celebrado em 23 de abril de 2012*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
S.A.**

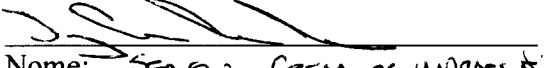
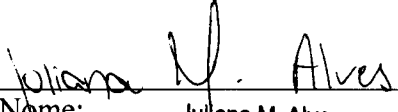
Nome:   
Cargo: **Procuradora**

Nome:   
Cargo: **Procurador**

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

*Página de assinaturas 03 de 03 do 1º Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização, celebrado em 23 de abril de 2012*

Testemunhas:

	
Nome: Seneio Cesar de Moraes Filho	Nome: Juliana M. Alves
RG: 24.780.306-8	CPF: 110.337.427-32 RG: 21281628-4

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]